



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



WILLYAM BATISTA MARTINS FIDELIS

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM ITUIUTABA-MG: uma
análise da expansão territorial e do crescimento populacional no período
2010-2019**

Ituiutaba-MG

2021

WILLYAM BATISTA MARTINS FIDELIS

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM ITUIUTABA-MG: uma
análise da expansão territorial e do crescimento populacional no período
2010-2019**

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) apresentado ao Curso de Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal - ICHPO da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel e Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Vitor Koiti Miyazaki

Ituiutaba-MG

2021

WILLYAM BATISTA MARTINS FIDELIS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
(MONOGRAFIA)

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM ITUIUTABA-MG: uma análise da
expansão territorial e do crescimento populacional no período 2010-2019**

BANCA EXAMINADORA

Professor Vitor Koiti Miyazaki – Orientador
Instituto de Ciências Humanas do Pontal - Universidade Federal de Uberlândia

Professora Maria Angélica de Oliveira Magrini
Instituto de Ciências Humanas do Pontal - Universidade Federal de Uberlândia

Geógrafa Kassandra Bittencourt Tosta Faria
Secretaria Municipal de Planejamento - Prefeitura Municipal de Ituiutaba

Ituiutaba, _____ de _____ de 2021.

Resultado: _____

Ituiutaba-MG
2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelo apoio incondicional em todos os momentos vividos durante minha trajetória acadêmica, especialmente a minha mãe Zilá Aparecida Fidélis Martins, mulher guerreira e batalhadora que sempre buscou proporcionar o melhor aos seus filhos dentro de suas limitações, ao qual me orgulho muito e amo incondicionalmente.

A minha tia, Sônia Martins Fidélis e a meu pai, João Martins Filho, que sempre me incentivaram aos estudos e me possibilitaram os materiais necessários para que eu pudesse continuar nessa caminhada.

Ao meu irmão Wesley Ranieri Martins Fidélis, que embora tenhamos algumas desavenças sempre se mostrou parceiro e contribuiu para o que fosse necessário em meus momentos de dificuldades.

Aos meus anjos e animais de estimação que tive durante a graduação, Tina e Juca, que passaram e ainda estão presentes em minha vida. Tina, que chegou no momento menos esperado e que sua partida se fez igual sua chegada, mas, durante sua presença me mostrou o amor e a necessidade de me preocupar cada vez mais com os animais de rua que não tiveram e não tem a mesma oportunidade de ter um lar repleto de amor e carinho, vivendo à margem do descaso e do esquecimento. Juca, que é meu parceiro e amigo que principalmente nesse momento de isolamento social decorrente a pandemia da Covid-19 se mostrou presente e me possibilitou momentos de alegria e companheirismo tornando meus dias mais felizes.

Aos amigos que a universidade me proporcionou, me possibilitando momentos especiais e de muito carinho, onde a partir dessa relação também me senti acolhido e motivado a enfrentar as dificuldades vividas a cada semestre.

Ao meu namorado Carlos Roberto, pela parceria e por sempre ter me motivado a continuar lutando pelas causas que acredito, principalmente por estar presente em meus momentos de altos e baixos e me fazer feliz.

Ao Sr. Daniel Severino Oliveira, por ter nos apresentado o banco de dados de Reconhecimento Geográfico da Cidade de Ituiutaba. Ao Centro de Controle de Zoonoses de Ituiutaba, pela disponibilização destes dados que foram fundamentais para este trabalho, em especial às senhoras Maria Tereza e Alcione. Por meio da disponibilização de dados públicos, a instituição demonstrou sensibilidade e compromisso com a pesquisa científica.

À professora Maria Angélica de Oliveira Magrini e à geógrafa Kassandra Bittencourt Tosta Faria, pela participação na banca examinadora por meio de apontamentos e críticas bastante pertinentes.

Ao meu professor e orientador Vitor Koiti Miyazaki, pelos ensinamentos e pela contribuição para a realização desta monografia.

A Deus por ter me dado forças e saúde para continuar vivendo e vencendo os obstáculos encontrados ao longo do curso, bem como ao universo por ter me proporcionado a presença de pessoas maravilhosas durante nesse caminho.

E por fim, a todas as pessoas que de alguma forma passaram por minha vida e contribuíram de forma direta e indireta para eu pudesse chegar até aqui.

RESUMO

Compreender as transformações territoriais e demográficas das cidades se constitui em tarefa importante para um melhor diagnóstico e conhecimento da realidade local, o que pode contribuir, por exemplo, para a gestão e o planejamento urbano na busca por melhores condições de vida da população. Foi a partir desta ideia inicial que propomos, nesta monografia, uma análise sobre as transformações ocorridas na cidade de Ituiutaba-MG entre os anos de 2010 e 2019, como foco em dois aspectos principais: a expansão territorial urbana e as alterações no âmbito da distribuição demográfica entre os diferentes bairros e setores da cidade. Para tanto, exploramos imagens de satélite de alta resolução espacial do Google Earth, além de dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 2010 e informações mais atuais disponibilizadas pelo Centro de Controle de Zoonoses – CCZ de Ituiutaba-MG, para os anos de 2016 e 2019. Os dados foram tabulados, organizados e compatibilizados para posterior mapeamento. Embora os dados se refiram apenas à variável populacional, a sua associação com a análise da expansão territorial urbana contribuiu significativamente para a atualização das informações e uma leitura geral das dinâmicas inerentes ao processo de produção do espaço urbano e suas transformações. Foi possível observar as transformações decorrentes da expansão territorial urbana, a redistribuição populacional de acordo com os diferentes bairros, sobretudo a partir da implantação de conjuntos habitacionais e novos loteamentos. Nesse sentido, os dados disponibilizados pelo CCZ de Ituiutaba-MG se apresentaram como muito importantes para a atualização dos dados demográficos da cidade.

Palavras-chave: Produção do espaço urbano; expansão territorial urbana; dinâmica demográfica; Ituiutaba-MG.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Brasil: evolução da população urbana, rural e taxa de urbanização (1940-2010) ... 10

Gráfico 2 - Ituiutaba: evolução da população urbana, rural e taxa de urbanização (1940-2010) .. 22

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 – Compatibilização entre setores censitários (IBGE, 2010) e Prefeitura Municipal de Ituiutaba (2018) 25

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do município de Ituiutaba-MG 21

Figura 2 – Delimitação dos setores censitários (2010) e bairros (2018) 27

Figura 3 – Setor leste: expansão territorial urbana – 2007-2021 30

Figura 4 – Setor sul: expansão territorial urbana – 2007-2021 31

Figura 5 – Setor oeste: expansão territorial urbana – 2007-2021 33

Figura 6 – Ituiutaba: população por bairros – 2010 35

Figura 7 – Ituiutaba: população por bairros – 2016 36

Figura 8 – Ituiutaba: população por bairros – 2019 38

Figura 9 – Ituiutaba: variação da população por bairros (habitantes) - 2010-2016 39

Figura 10 – Ituiutaba: variação da população por bairros (percentual) - 2010-2016 39

Figura 11 – Ituiutaba: variação da população por bairros (habitantes) - 2016-2019 40

Figura 12 – Ituiutaba: variação da população por bairros (percentual) - 2016-2019 40

Figura 13 - Ituiutaba: rendimento médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (em salários mínimos) - 2010 42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – APORTES TEÓRICOS	11
1.2. A respeito da produção do espaço urbano	11
1.2. Expansão territorial e distribuição populacional	15
CAPÍTULO 2 – EXPANSÃO TERRITORIAL E DINÂMICA DEMOGRÁFICA EM ITUIUTABA NO PERÍODO 2010-2019	22
2.1. Procedimentos metodológicos: a propósito dos dados e das compatibilizações	24
2.2. Expansão territorial e dinâmica populacional em Ituiutaba (2010-2019)	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICE	49
Tabela com dados gerais sobre população por bairros para 2010, 2016 e 2019	49

INTRODUÇÃO

Compreender as transformações territoriais e demográficas das cidades se constitui em tarefa importante para um melhor diagnóstico e conhecimento da realidade local, o que pode contribuir, por exemplo, para a gestão e o planejamento urbano na busca por melhores condições de vida da população.

Foi a partir desta ideia inicial que propomos, nesta monografia, uma análise sobre as transformações ocorridas na cidade de Ituiutaba-MG entre os anos de 2010 e 2019, como foco em dois aspectos principais: a expansão territorial urbana e as alterações no âmbito da distribuição demográfica entre os diferentes bairros e setores da cidade.

Estas escolhas demandam algumas justificativas. Primeiramente, optamos por analisar a realidade de Ituiutaba pelo fato de ser uma cidade de porte médio e que passou por modificações significativas ao longo dos últimos anos, principalmente após a implantação de vários conjuntos habitacionais por meio do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. Partimos da hipótese de que estes empreendimentos, somados à outros de iniciativa privada, impactaram significativamente no processo de expansão territorial e na redistribuição da população pelos diferentes setores.

Soma-se a este cenário de transformações o fato da não realização do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, inicialmente previsto para 2020. Ou seja, justamente em um período em que a cidade passou por transformações importantes, ficamos sem a cobertura de um levantamento censitário atualizado. Por isso, temos disponíveis, pelo IBGE, apenas dados com significativa defasagem, relativos a um cenário de 11 anos atrás, portanto, anterior às transformações aqui relatadas.

Diante disso, optamos por explorar a análise da expansão territorial da cidade, uma vez que é possível acompanhar este crescimento analisando-se imagens de satélite de alta resolução espacial, com boa cobertura temporal e disponibilizadas gratuitamente. Porém, no decorrer da análise, observamos que somente a expansão territorial urbana poderia não ser suficiente para a compreensão das transformações ocorridas em Ituiutaba no período em análise, tendo a necessidade de buscar mais elementos.

Em decorrência da inexistência de dados censitários atualizados, investigamos sobre a disponibilidade de alguma outra fonte alternativa e, nesta busca, nos deparamos com o levantamento denominado “Reconhecimento Geográfico”, realizado pelo Centro de

Controle de Zoonoses de Ituiutaba - CCZ. Esta base de dados apresenta, como veremos no decorrer do trabalho, informações sobre o número de moradores por bairros, o que já poderia ajudar a complementar a análise da expansão territorial. Foram disponibilizadas pelo CCZ os levantamentos referentes a 2016 e 2019.

Por fim, consideramos que, diante do adiamento do Censo Demográfico e da inexistência de dados atualizados, uma caracterização inicial, mesmo que a partir de variáveis como a expansão territorial da cidade e as transformações quanto à distribuição populacional, pode contribuir para um olhar mais atual da cidade e subsidiar outros estudos que eventualmente venham a focar a cidade de Ituiutaba. Ou ainda, estes dados poderiam até mesmo subsidiar a gestão pública e subsidiar políticas públicas urbanas na escala local.

Feita esta contextualização inicial, o objetivo geral deste trabalho foi de realizar uma análise das transformações verificadas no âmbito do processo de produção do espaço urbano em Ituiutaba-MG, considerando-se a expansão territorial urbana e o crescimento demográfico no período de 2010 a 2019. Além disso, consideramos os seguintes objetivos específicos: comparar os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 com os dados do CCZ de 2016 e 2019; analisar a expansão territorial da cidade de Ituiutaba e suas tendências; contribuir para o diagnóstico da cidade de Ituiutaba por meio da apresentação de dados mais atualizados em relação ao último levantamento censitário; demonstrar a importância dos dados secundários para o diagnóstico e análise das cidades, explorando, para o caso de Ituiutaba, a base de informações do CCZ como alternativa à defasagem dos dados censitários.

Para tanto, inicialmente realizamos uma revisão de literatura sobre temas ligados à esta proposta de pesquisa. Em seguida, exploramos a análise de imagens de satélite de alta resolução espacial (para a análise da expansão territorial da cidade), os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 e as informações do CCZ. Para viabilizar uma análise temporal e comparativa, foi realizada a compatibilização dos recortes territoriais de análise, além de organização dos dados e posterior mapeamento.

Sendo assim, este trabalho está organizado em quatro partes principais, além desta introdução. No capítulo 1 apresentamos os aportes teóricos desta pesquisa. No capítulo 2 realizamos uma breve contextualização sobre o município de Ituiutaba/MG para, em seguida, centrar foco na análise principal da pesquisa. Ressaltamos que optamos por descrever os procedimentos metodológicos no próprio capítulo 2, antes de iniciar a análise

dos resultados. Por fim, apresentamos algumas considerações a partir dos resultados expostos.

CAPÍTULO I – APORTES TEÓRICOS

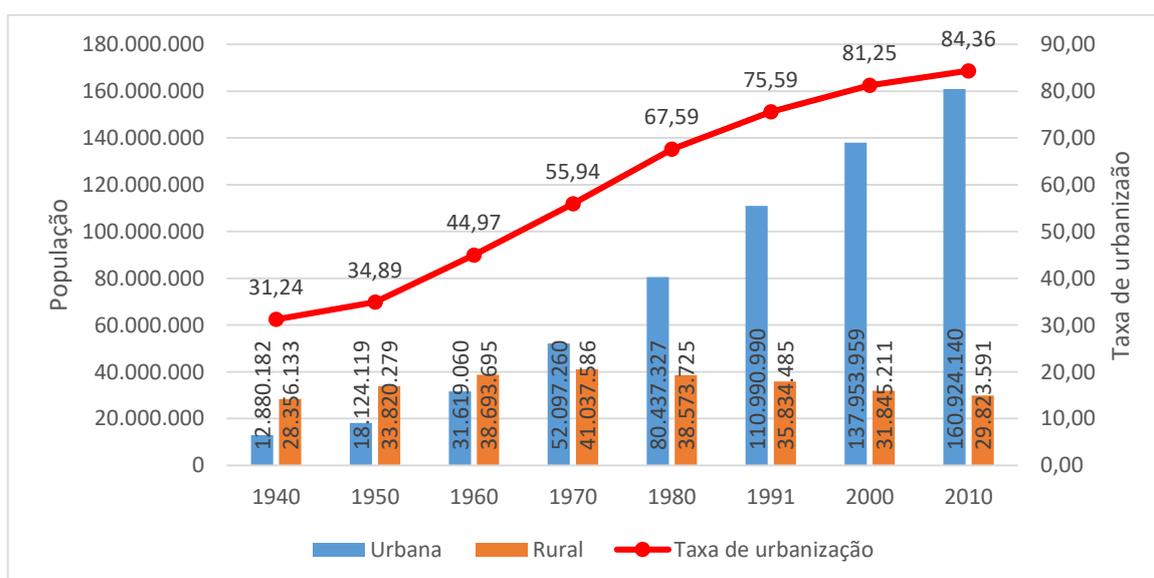
Para o desenvolvimento deste trabalho, partimos do princípio de que a cidade deve ser compreendida enquanto espaço produzido, segundo os interesses diversos dos diferentes agentes que atuam neste processo, individual ou coletivamente, nos termos já apresentados por autores como Corrêa (1989 e 2011), Carlos (2008 e 2011), entre outros.

Sendo assim, neste capítulo abordaremos inicialmente uma discussão geral a respeito da produção do espaço para, em seguida, tratarmos especificamente das frentes de análise deste trabalho, pautadas na expansão territorial da cidade e na distribuição populacional segundo os bairros.

1.2. A respeito da produção do espaço urbano

Com a intensificação do processo de urbanização, cada vez mais pessoas passam a viver nas cidades. É neste contexto que temos verificado o aumento do número de cidades, da população urbana e da complexidade da rede urbana. No Brasil, o processo de urbanização se intensificou no século XX, principalmente a partir de sua segunda metade, quando por meio do êxodo rural parcelas cada vez maiores da população passaram a se concentrar nas cidades. Para ilustrar este fato, apresentamos a seguir (gráfico 1) os dados que demonstram este aumento da urbanização.

Gráfico 1 – Brasil: evolução da população urbana, rural e taxa de urbanização (1940-2010)



Fonte: IPEADATA, 2021. Org.: Fidelis e Miyazaki, 2021.

Pelos dados é possível observar que no recenseamento de 1970, pela primeira vez, a população urbana supera a rural e, nas décadas seguintes, se ampliou de maneira significativa, alcançando uma taxa de urbanização de mais de 84% em 2010. Este cenário retratado pelos dados a partir de 1970 demonstra como este processo de aumento da população urbana foi rápida e intensa, com repercussões diretas nas cidades brasileiras em aspectos como crescimento desordenado, favelização, exclusão social, entre outros.

Para se compreender melhor este processo intenso de urbanização, é preciso considerar as colocações importantes feitas a respeito da produção das cidades. Como exposto no início deste capítulo, a cidade é compreendida, neste trabalho, como espaço socialmente produzido, nos termos apresentados por autores como Corrêa (1989 e 2011) e Carlos (2008 e 2011).

Para melhor argumentar esta perspectiva, recorreremos inicialmente às palavras de Carlos (2008), quando desenvolve um debate acerca da evolução do pensamento geográfico e a mudança de conteúdo verificada na superação do uso do termo “organização espacial” para “produção do espaço”. A autora reforça que não se trata de “mera substituição de espaço organizado para espaço produzido”, pois houve uma mudança de conteúdo, “fruto de uma evolução do processo do conhecimento geográfico sobre a questão espacial” (CARLOS, 2008, p.38). Concordamos que a argumentação apresentada pela autora é relevante para respaldar a abordagem sobre a produção do espaço urbano, pois com este debate:

Rediscute-se, assim, a natureza do espaço geográfico como produto histórico e social, onde o homem deixa de ser o habitante para assumir o real papel de produtor de sua existência – a partir da produção dos elementos materiais – em última análise, sua humanidade como ser genérico. Aqui o homem ganha a dimensão de ser histórico e social (CARLOS, 2008, p.37).

Temos, nestas colocações da autora, um embasamento importante para se levar em consideração a perspectiva da produção do espaço para se compreender as cidades. Nesta mesma direção, Villaça (2011) destaca a importância da concepção de espaço social, uma vez que a partir dela:

[...] foi possível inserir seu estudo na lógica do materialismo histórico, da dominação e do conflito de classes, coisa que não só não tinha sido possível antes, como também vinha travando o desenvolvimento da geografia,

impedindo-a de ultrapassar a etapa primária de uma ciência humana que se limitava à simples descrição do espaço (VILLAÇA, 2011, p.37).

Tendo em vista esta perspectiva, o autor enfatiza que o espaço urbano “é socialmente produzido, ou seja, não é dado pela natureza, mas é produto produzido pelo trabalho humano” (VILLAÇA, 2011, p.37). Esta concepção, portanto, atrelada à ideia de espaço social, acaba por subsidiar o debate a respeito da produção do espaço.

Sendo assim, concordamos com Corrêa (1989, p.11), quando afirma que:

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço.

A definição apresentada pelo autor contempla as complexas relações que marcam o espaço urbano, evidenciando, dessa maneira, os diferentes aspectos que precisam ser levados em consideração num olhar mais cuidadoso sobre as cidades. Como este trabalho tem como objetivo compreender aspectos da produção do espaço urbano em Ituiutaba, consideramos que tal perspectiva é importante.

Sobre o assunto, Souza (2005) também contribui para esta discussão quando enfatiza a importância de se compreender a estrutura interna das cidades, ao afirmar que tal tarefa é necessária para:

[...] chegarmos aos processos sociais que animam o núcleo urbano e que estão envolvidos na dinâmica da produção do espaço, e que é, ao mesmo tempo, uma chave privilegiada para observarmos e decifrarmos a sua complexidade enquanto produto social (SOUZA, 2005, p.63).

Um dos caminhos para se compreender a produção do espaço urbano é apresentado por Corrêa (1989 e 2011). Para o autor, a produção do espaço:

[...] não é resultado da ‘mão invisível do mercado’, nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade (CORRÊA, 2011, p.43).

Tal afirmação reforça a ideia aqui apresentada sobre a necessidade de compreender a cidade enquanto espaço produzido, evidenciando, neste caso, os agentes sociais que atuam neste processo de produção. Em outra obra, Corrêa (1989) detalha os principais agentes

produtores do espaço, sendo eles: os proprietários dos meios de produção, principalmente as grandes industriais; os proprietários fundiários; os agentes imobiliários; o Estado; e os grupos socialmente excluídos. Cada um destes agentes sociais, por meio da combinação de seus interesses e de suas ações, atua na produção de cada cidade. Enquanto uns focam na exploração da renda da terra, outros na incorporação imobiliária, outros ainda na regulação e fiscalização, cada agente participa do processo de produção e reprodução do espaço urbano.

Carlos (2011), por sua vez, também reforça que a noção de produção do espaço nos leva à necessidade de considerar os sujeitos da ação, sendo eles:

o Estado, como aquele da dominação política; o capital, com suas estratégias objetivando sua reprodução continuada (e aqui nos referimos às frações do capital, o industrial, o comercial e o financeiro e suas articulações com os demais setores da economia, como o mercado imobiliário); os sujeitos sociais que, em suas necessidades e seus desejos vinculados à realização da vida humana, têm o espaço como condição, meio e produção de sua ação (CARLOS, 2011, p.64).

Posteriormente, Corrêa (2011) atualiza este debate ao acrescentar na discussão as estratégias e as práticas espaciais, que podem ser distintas em um único agente, semelhantes entre diferentes agentes, ou mesmo com papéis múltiplos. Ou seja, o autor demonstra que há uma complexidade na atuação dos agentes sociais, de maneira individual ou coletiva, por meio da combinação entre lógicas e interesses diversos.

Vale lembrar que na cidade capitalista as práticas atinentes à produção do espaço urbano devem ser compreendidas a partir das desigualdades sociais e espaciais, sendo que certos agentes ou grupos acabam tendo maior protagonismo sobre outros, impondo suas lógicas e interesses. Este cenário leva à produção de uma cidade desigual, um espaço heterogêneo, marcado pelas diferenças. Sobre o assunto, Corrêa (1989) elucida estas características ao demonstrar que o espaço urbano é caracterizado por estas diferenças, próprias do capitalismo, compreendendo-o assim como reflexo e condicionante social.

Nesta direção, para elucidar as desigualdades sociais existentes nas cidades, consideramos importante a abordagem apresentada por Melazzo (2006, p.127), quando afirma que a “dinâmica urbana reflete a estrutura social no mesmo sentido em que constitui-se como um mecanismo específico de reprodução das desigualdades das oportunidades de participar na distribuição da riqueza gerada na sociedade”.

Rodrigues (2007, p.74), ao debater o tema sobre o direito à cidade, também reforça estes aspectos quando afirma que a “desigualdade socioespacial é expressão do processo de urbanização capitalista, um produto da reprodução ampliada do capital que se perpetua como condição de permanência da desigualdade social”.

Portanto, evidencia-se as relações existentes entre a estrutura social e a produção das cidades, que passam a ser marcadas pelas desigualdades sociais e espaciais. Inclusive, a respeito deste tema, estudos têm apontado para a ampliação das desigualdades nas cidades a partir do final do século XX e início do XXI (MELAZZO, 2006), o que amplia os desafios para melhor compreensão e caracterização das cidades.

Feitas estas ponderações, a partir de diferentes autores, consideramos que a ideia da produção do espaço urbano é fundamental para a compreensão das dinâmicas que configuram as cidades. A produção do espaço urbano leva em consideração aspectos históricos e sociais, além de elucidar o papel dos diferentes agentes que o produzem, a partir de interesses diversos.

Por isso, neste trabalho, tomaremos esta perspectiva como base para as nossas análises, porém conscientes de que esta abordagem contempla uma visão ampla de diversos aspectos da realidade urbana. Para esta pesquisa, conforme já exposto anteriormente, focaremos apenas em duas frentes de análise: à expansão territorial da cidade e as mudanças ocorridas em relação à distribuição da população pelos diferentes bairros. Portanto, não será uma análise completa, mas que focará em alguns aspectos da dinâmica urbana, tomando como base o contexto da produção do espaço urbano.

Sendo assim, no tópico a seguir focaremos na discussão teórica a respeito expansão territorial da cidade e os aspectos relativos à caracterização demográfica dos bairros.

1.2. Expansão territorial e distribuição populacional

Ao se analisar o processo de produção do espaço urbano, é muito comum os estudos que se referem ao crescimento das cidades. Porém, este crescimento pode se dar de diferentes maneiras, uma vez que pode ocorrer verticalmente (no caso do processo de verticalização e adensamento das construções por meio de vários pavimentos) ou horizontalmente (quando a área urbana é estendida e ampliada em direção às áreas rurais). Poderíamos, ainda, falar

em crescimento populacional (quando há aumento do número de habitantes), econômico (representado, por exemplo, pelo crescimento do Produto Interno Bruto – PIB), entre outros.

Porém, para este momento do trabalho, trataremos do crescimento horizontal, que muitos costumam denominar como “expansão urbana”. Novamente, o termo “expansão”, acompanhado do adjetivo “urbana”, também pode soar como bastante genérico ao abordar a ideia de ampliação, porém, sem especificar.

Por isso, optamos por adotar o termo “expansão territorial urbana”, utilizada por Sposito (2004) para se referir à produção material da cidade. Primeiramente, destacamos as considerações iniciais da autora, quando afirma que as “formas como uma sociedade produz e se apropria do espaço geram múltiplas formas de territórios e territorialidades, porque essas relações não são homogêneas nem no espaço nem no tempo” (SPOSITO, 2004, p.61). Portanto, nesta perspectiva, a abordagem relativa à expansão territorial urbana está devidamente contextualizada no processo mais amplo de produção do espaço urbano.

Além disso, com o intuito de avaliar como acontece a produção territorial dos espaços urbanos e embasar seu olhar na produção material da cidade, a autora destaca que:

Quando nos referimos às cidades, a utilização dos termos território ou territorial aporta-se à dimensão material da cidade, à base física sobre a qual se assenta a cidade, ou seja, ao espaço topográfico ocupado por ela, o que poderia ser, numa primeira vista, designado pelo conceito de sítio urbano. Entretanto, o território urbano é mais que o sítio urbano, porque outras três dimensões estão, para nós, contidas na acepção que tomamos do conceito de território para se compreender a expansão urbana (SPOSITO, 2004, p.73).

Assim, o uso do termo território ou territorial não está atrelado apenas à ideia do sítio urbano ou base física da cidade, uma vez que leva em consideração outras dimensões, que trataremos a seguir.

A primeira dimensão apresentada por Sposito (2004) é a jurídica, relativa à transformação de gleba rural em área urbana e, para tal, é realizado o parcelamento da terra. Para tanto, é preciso levar em consideração todas as determinações jurídicas como nos casos das leis que regulamentam tal processo.

Para resumir esse aspecto: trata-se de mudar o estatuto jurídico das terras que deverão ser loteadas, perante o poder público (quando esses loteamentos são regulares) e, sobretudo, de propor essa mudança segundo os potenciais de mercado e de ocupação que orientarão a compra dos novos produtos imobiliários (SPOSITO, 2004, p.75).

Já a segunda dimensão se refere às condições infraestruturais nos quais o processo de loteamento é realizado. A autora descreve que:

[...] podemos afirmar que a dotação das infra-estruturas obedece a dois níveis diferentes de determinação, que são os mesmos que orientam a mudança da condição jurídica das terras loteadas, ainda que vistos sob outro ângulo. São os níveis: - das exigências legais, considerando-se a possibilidade de sua não obediência e a fiscalização insuficiente ou subornável; - da relação entre investimentos necessários e o potencial de demanda dos segmentos de mercado consumidor a que se destina o empreendimento (SPOSITO, 2004, p.76).

Por fim, a terceira dimensão se refere “à análise das formas como se dá a incorporação da área loteada à representação que os moradores ou frequentadores da cidade elaboram acerca dela” (SPOSITO, 2004, p.76). Neste ponto, trata-se de uma perspectiva mais subjetiva, no qual a população compreende, ao observar as transformações na paisagem, como sendo “cidade”, já que nem todas as novas áreas loteadas são imediatamente ocupadas. Por isso, a autora menciona que:

Se a ocupação é imediata e intensa, essa nova parcela do tecido urbano passa a compor os territórios comprados, usados e apreendidos pelas práticas socioespaciais, compondo, assim, o mosaico que se elabora mentalmente como sendo a cidade. Quando a ocupação não ocorre imediatamente ou ela é pouco densa ou a área loteada é muito pouco integrada à morfologia urbana anteriormente constituída, a apreensão desse fragmento, no imaginário coletivo, como parte da cidade, é muito difusa, já que seu pertencimento ao conjunto urbano não se institui de forma plena, nem funcional, nem socialmente (SPOSITO, 2004, p.76).

Considerando-se estas três dimensões apresentadas pela autora, é possível compreender melhor a proposta de utilizar a expressão expansão territorial urbana para se referir à dimensão material da cidade. Além de qualificar melhor o processo de expansão urbana, dá visibilidade às diferentes condicionantes do processo de crescimento horizontal da cidade. Ainda, poderíamos dizer que tal proposta vai muito além da dimensão material, já que leva em consideração até mesmo as territorialidades resultantes da subjetividade dos moradores em relação às áreas recém incorporadas à cidade.

Feita estas considerações, ressaltamos agora que diante da intensificação da urbanização, sobretudo ao longo das últimas décadas, muitas transformações ocorreram no âmbito da expansão territorial urbana. Em linhas gerais, observa-se que características

basilares às cidades, desde à sua origem, têm sido modificadas, como nos casos da concentração e da continuidade territorial.

Sobre o assunto, recorreremos às observações feitas por Souza (2005, p.86), ao mencionar que a “expansão urbana, em vez de acompanhar eixos bem definidos”, acaba por avançar “em todas as direções como uma mancha de óleo, embora, ao mesmo tempo, avance aos ‘saltos’, devido à presença de ‘vazios urbanos’ a serem debitados na conta da especulação imobiliária.

Conforme já demonstrado anteriormente, com a intensificação da urbanização, houve um crescimento considerável das cidades. Porém, o que chamamos atenção aqui é o fato de que muitas vezes a expansão territorial da cidade tem ocorrido muito além das reais demandas e necessidades.

Sposito (2004, p.77) lembra que, ao longo das últimas décadas, verificou-se uma “ruptura das morfologias urbanas integradas e contínuas, na direção da constituição de tecidos urbanos expandidos e descontínuos”. Miyazaki (2013, p.59) também chama atenção para este aspecto quando afirma que “Cidades que antes eram caracterizadas por certa continuidade territorial, hoje se expandem de forma cada vez mais descontínua e dispersa”.

Portanto, a intensificação do processo de expansão territorial urbana não ocorre somente em termos quantitativos, mas também em relação aos conteúdos, dada as diferentes maneiras com que a expansão passa a ocorrer. Inclusive, diante destas transformações nas configurações territoriais urbanas, Sposito (2004) se refere a uma contradição existente entre a ideia de concentração, característico da urbanização em seu sentido mais amplo, e a “tendência inversa de emergência de territorialidades marcadas pela extensão das áreas urbanas, por meio de formas espaciais mais dispersas e, muitas vezes, descontínuas” (SPOSITO, 2004, p.11).

Para elucidar melhor estas transformações para além da forma urbana¹ em si, Whitacker (2007, não paginado) procura qualificar a análise, incluindo, por exemplo, as mudanças que ocorrem no âmbito das centralidades urbanas:

Mudanças profundas na morfologia urbana denunciam um modelo de cidade que não é mais contíguo e concentrado e que, no nível da aparência, poderia fazer pensar num processo de urbanização homogêneo, com a diminuição de diferenças formais entre as cidades. Essa nova morfologia urbana reorganiza, de maneira aparentemente contraditória, a dispersão e

¹ Vale lembrar que o estudo das formas urbanas tem relevância na compreensão do processo de produção do espaço urbano, conforme já exposto por Whitacker e Miyazaki (2012).

a aglomeração (GOTTDIENER, 1992), numa dinâmica que cria e recria centralidades num movimento que é poli(multi)cêntrico, como apontou Lefebvre (LEFEBVRE, 1982), à medida que se organiza, não apenas com muitos centros, mas também com centros de conteúdos diferenciados.

Dessa maneira, estas modificações no âmbito da expansão territorial urbana têm resultado em morfologias cada vez mais complexas, levando à alteração das centralidades e, conseqüentemente, no deslocamento das pessoas nas cidades.

Sposito (2007) considera que a atual configuração territorial das cidades é uma expressão dessa nova morfologia urbana, caracterizada pela ruptura em relação à tendência histórica de conformação das cidades. Compreendemos, por meio desta concepção da autora, que a nova configuração das cidades está diretamente atrelada com a continuidade espacial e a descontinuidade territorial. Segundo a autora, só há possibilidade da descontinuidade territorial por conta da continuidade proporcionada pela expansão da infraestrutura de circulação e comunicação, o que garante uma continuidade espacial (SPOSITO, 2004 e 2007).

A título de exemplo, podemos citar a expansão do uso do automóvel ao longo das últimas décadas, pois possibilitou a ampliação das distâncias que os moradores podem percorrer. Isto impactou significativamente na expansão territorial das cidades, por meio da implantação de novos loteamentos em áreas cada vez mais distantes do centro e da área urbana já existente. Neste ponto, cabe ressaltar que embora tenha havido uma certa popularização do automóvel, é preciso relativizá-lo, uma vez que grande parte da população, sobretudo de baixa renda, não consegue ter acesso a este equipamento, dependendo, na maioria das vezes, do sistema de transporte público que, no geral, é precário no país.

Este padrão de expansão territorial da cidade acaba trazendo diversos problemas para a população. Souza (2005, p.86), por exemplo, destaca que a “demanda por instalação de infraestrutura cresce de maneira assustadora, à medida que a malha viária se multiplica rapidamente, e as distâncias, a serem vencidas, em grande ou na maior parte, na base do transporte sobre rodas, vão aumentando e aumentando”.

É sabido que este padrão vai muito além das possibilidades de deslocamento das pessoas nas cidades, mesmo que de maneira seletiva. Precisamos contextualizar este contexto ao processo de produção do espaço urbano, conforme exposto anteriormente, no qual a atuação dos agentes tem papel fundamental e, para este caso, os interesses imobiliários se fazem fortemente presentes. Poderíamos citar, por exemplo, o lançamento de

empreendimentos imobiliários para a população de alta renda, como nos casos dos espaços residenciais fechados (quando o mercado explora a capacidade consumo e de circulação deste público), como também a escolha das áreas para a construção de conjuntos habitacionais populares, cada vez mais distantes do centro e das áreas mais privilegiadas das cidades.

Vale lembrar que conformação de uma cidade cada vez mais dispersa e descontínua territorialmente tem sido verificada em diferentes realidades brasileiras, não apenas nas grandes cidades e metrópoles. Até mesmo cidades de menor porte demográfico vêm apresentando características atreladas à configuração de áreas urbanas cada vez mais dispersas e territorialmente descontínuas. Isto reforça a necessidade de analisarmos as diferentes realidades urbanas brasileiras, como é o caso de Ituiutaba.

Por fim, é preciso considerar que o processo de expansão territorial pode reconfigurar diferentes características da cidade, principalmente quando ocorre de maneira intensa e rápida. Entre estas características, podemos citar o caso da dinâmica demográfica, fundamental para se compreender as modificações em relação à distribuição da população em um dado recorte territorial. Carmo e D'antona (2011, p.18), embora se refiram a uma visão mais geral sobre o tema, lembram que “Um aspecto básico para compreensão das mudanças demográficas em curso é o entendimento dos componentes da dinâmica demográfica e da relação que se estabelece entre esses componentes”.

Estamos considerando que o processo de expansão territorial urbana pode impactar, por exemplo, na redistribuição da população, pois com a criação de novos loteamentos e conjuntos habitacionais, parte dos moradores é realocada dentro da cidade. Trata-se do que, na demografia, é denominada como mobilidade espacial da população. Sobre o assunto, Marandola Júnior (2008, apud MANETTA, 2011, p.31) destaca que a “Mobilidade abrange tanto os deslocamentos com mudança de residência (entre municípios ou dentro de um mesmo município) quanto os deslocamentos de caráter cotidiano ou temporário, sem a necessária mudança de residência”. Nesta análise, estamos considerando a mobilidade espacial da população com mudança de residência dentro da área urbana, num esforço de relacionar este aspecto com o processo de expansão territorial da cidade.

O simples fato da produção de novas áreas residenciais com repercussões na expansão territorial da cidade poderia supor que os impactos na mobilidade espacial da população são pequenos, dependendo do intervalo temporal analisado. Porém, para esta

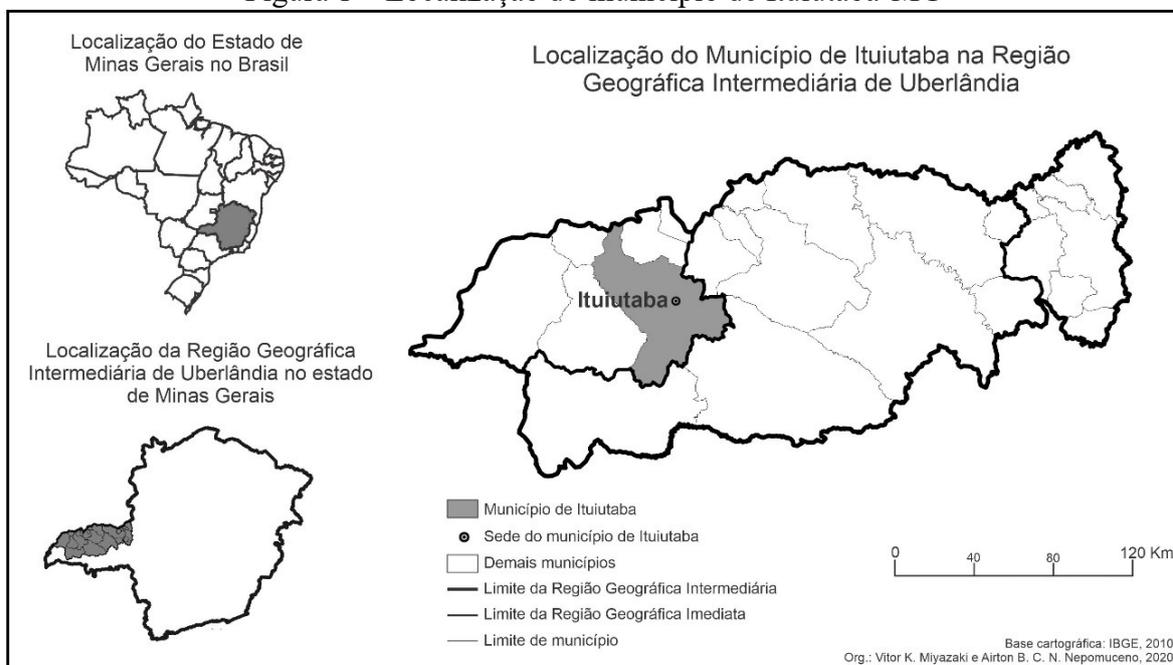
pesquisa, consideramos que tal abordagem pode se constituir em uma análise importante, dada as circunstâncias em que ocorreu a expansão territorial nos últimos anos, principalmente a partir do Programa Minha Casa Minha Vida em Ituiutaba, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 – EXPANSÃO TERRITORIAL E DINÂMICA DEMOGRÁFICA EM ITUIUTABA NO PERÍODO 2010-2019

Tendo em vista a discussão teórica apresentada, nesta parte do trabalho focaremos na análise da produção do espaço urbano em Ituiutaba, com ênfase na expansão territorial urbana e na dinâmica demográfica da cidade no período de 2010 a 2019.

Na introdução deste trabalho já adiantamos alguns aspectos a respeito da escolha do tema e dos recortes temporal e espacial desta pesquisa. Reforçamos aqui o fato da escolha de Ituiutaba, município localizado no interior de Minas Gerais, mais especificamente na Região Geográfica Intermediária de Uberlândia (figura 1).

Figura 1 – Localização do município de Ituiutaba-MG

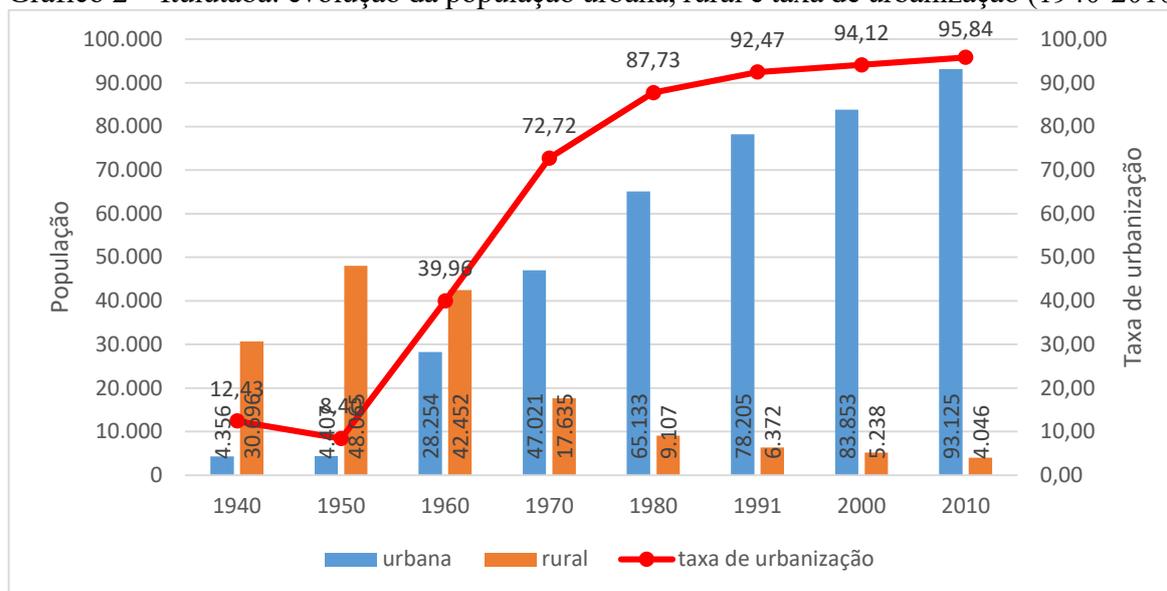


Fonte: Nepomuceno e Miyazaki, 2020.

Dentro da Região Geográfica Intermediária de Uberlândia, o município está situado na Região Geográfica Imediata de Ituiutaba, juntamente com outros cinco municípios que também fazem parte de sua área de influência: Cachoeira Dourada, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiacu e Santa Vitória (IBGE, 2020a).

No último levantamento censitário, realizado pelo IBGE em 2010, o município de Ituiutaba possuía 97.171 habitantes. A evolução demográfica no período de 1940 a 2010, considerando-se a população urbana e rural, pode ser observada no gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Ituiutaba: evolução da população urbana, rural e taxa de urbanização (1940-2010)



Fonte: IPEADATA, 2021. Org.: Fidelis e Miyazaki, 2021.

Seguindo a tendência verificada no cenário nacional, a partir de 1970 a população urbana supera a rural, ampliando-se ao longo das décadas seguintes, até alcançar 95,84% de taxa de urbanização em 2010. Para 2021, a população estimada é de 105.818 habitantes (IBGE, 2021a).

Diante das informações aqui apresentadas, nota-se que Ituiutaba é uma cidade de porte médio, com aproximadamente 100 mil habitantes. Porém, destacamos que a cidade recebeu vários empreendimentos por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, principalmente em relação à conjuntos habitacionais populares a partir de 2010. Jorge e Miyazaki (2020) apontam que foram construídas 4.940 unidades habitacionais distribuídos em 12 conjuntos faixa 1 do PMCV. Trata-se de um número bastante representativo em um município com cerca de 100 mil habitantes. Partimos da hipótese de que estes empreendimentos, somados à outros de iniciativa privada, impactaram significativamente no processo de expansão territorial e na redistribuição da população pelos diferentes setores.

Neste ponto enfatizamos a questão do recorte temporal desta análise. Foi a partir de 2010 que Ituiutaba passou por transformações importantes em relação à produção de conjuntos habitacionais, com impactos diretos na expansão territorial da cidade. Porém, desde 2010, não tivemos nenhum levantamento censitário, uma vez que o Censo Demográfico de 2020 foi adiado. Por isso, não temos dados atualizados que retratem as transformações verificadas ao longo destes últimos anos. Diante disso, optamos por explorar

as informações disponibilizadas pelo Centro de Controle de Zoonoses de Ituiutaba, referentes aos anos de 2016 e 2019, com o intuito de atualizar a situação populacional dos diferentes bairros da cidade desde 2010.

Dessa forma, antes de iniciarmos a análise dos dados levantados e analisados, consideramos importante explicar sobre as bases de dados e as compatibilizações que foram necessárias para o estabelecimento de comparações e posterior mapeamento dos dados. Tal detalhamento encontra-se disponível no item a seguir.

2.1. Procedimentos metodológicos: a propósito dos dados e das compatibilizações

Como já ressaltado na introdução deste trabalho, para o desenvolvimento desta pesquisa foram realizadas, inicialmente, pesquisas e revisões bibliográficas sobre os principais temas abordados. Porém, neste item a respeito dos procedimentos metodológicos, daremos foco ao aspecto das bases de dados que foram utilizadas para a análise empírica da pesquisa.

No que se refere à análise da expansão territorial urbana, foram utilizadas imagens de satélite de alta resolução espacial disponibilizadas gratuitamente pelo Google Earth, para diferentes datas. Como veremos mais adiante, os dados demográficos levantados se referem aos anos de 2010, 2016 e 2019. A proposta inicial era que as imagens de satélite pudessem representar a área urbana destes mesmos anos. Porém, não há imagens disponíveis para os diferentes setores da cidade para todos os anos, sobretudo antes de 2013. Por isso, dependendo do setor da cidade, optamos por representar as áreas urbanas dos anos de 2007, 2011 e 2013, que são os que mais se aproximam do contexto de 2010, retratado pelos dados demográficos do Censo. Já para os anos de 2016 e 2019 havia imagens de satélite disponíveis para todos os setores da cidade. Por fim, acrescentamos a imagem de satélite mais atual disponível, referente ao ano de 2021. Por isso, as comparações que serão realizadas em relação à expansão territorial urbana serão realizadas a partir de imagens de cinco momentos diferentes: 2007, 2011/2013, 2016, 2019 e 2021, a depender da área representada.

Se as imagens de satélite possibilitaram elucidar a expansão territorial da cidade, necessitávamos ainda de outros elementos que pudessem ser incorporados à análise para um estudo mais detalhado das transformações ocorridas na cidade.

Como já destacado anteriormente, o adiamento do Censo Demográfico do IBGE, inicialmente previsto para 2020, impossibilitou a obtenção de dados atualizados, e isso

justamente em um período em que a cidade passou por transformações importantes, ficando sem a cobertura de um levantamento censitário detalhado. Em decorrência dos dados do IBGE apresentarem uma defasagem de cerca de 11 anos, investigamos sobre a disponibilidade de alguma outra fonte alternativa e, nesta busca, nos deparamos com o levantamento denominado “Reconhecimento Geográfico”, realizado pelo Centro de Controle de Zoonoses de Ituiutaba – CCZ, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Ituiutaba. Esta base de informações apresenta dados coletados ao longo do ano, em todos os bairros da cidade. Os dados são coletados pelos agentes do CCZ, quando realizam a visita nos domicílios, estabelecimentos comerciais, espaços públicos e outras instituições em geral.

Esta base de dados apresenta um conjunto de variáveis por bairros da cidade, como número de quarteirões, de imóveis, de residências, de estabelecimentos comerciais, de terrenos baldios, entre outros, inclusive informações sobre o número de moradores². Esta última variável, de número de habitantes por bairro, foi explorada neste estudo com o intuito de associá-la ao processo de expansão territorial urbana.

Foram disponibilizadas pelo CCZ os levantamentos referentes a 2016 e 2019. Em 2020 este levantamento não foi atualizado em decorrência das medidas de restrições impostas pela pandemia de COVID-19. Já o levantamento de 2021 ainda não foi concluído no momento da apresentação deste trabalho.

Com as informações de 2016 e 2019 em mãos, a proposta foi de comparar os dados com aqueles disponibilizados pelo IBGE em 2010, o que demandou a compatibilização dos recortes territoriais entre setores censitários (utilizados pelo IBGE) e bairros (utilizados pelo CCZ). Este procedimento se pautou na utilização da base cartográfica disponibilizada pelo IBGE para o Censo de 2010 e sua comparação com o mapa da área urbana de Ituiutaba (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA, 2018) que, por sua vez, foi obtido em formato CAD. Por isso, foi preciso georreferenciar o mapa com a delimitação dos bairros utilizando-se o *software* QGIS e compatibilizar com os setores censitários. Tal processo foi facilitado pois, em Ituiutaba, a delimitação dos setores censitários quase sempre respeitam os limites dos bairros definidos pelo poder público local. A título de exemplo, o setor censitário de número 90 corresponde ao bairro Tupã. Em outros casos em que o bairro é maior, a soma de um conjunto de setores censitários corresponde à delimitação de um único

² Agradecemos à Senhora Alcione Lima, servidora do Centro de Controle de Zoonoses de Ituiutaba, que ofereceu uma explicação detalhada a respeito do banco de dados disponibilizado.

bairro, como no caso do Alcides Junqueira, que totaliza seis setores censitários (79, 80, 81, 82, 83 e 84). Mais detalhes sobre esta compatibilização estão disponíveis no quadro a seguir.

Quadro 1 – Compatibilização entre setores censitários (IBGE, 2010) e Prefeitura Municipal de Ituiutaba (2018)

BAIRROS - 2018	SETORES CENSITÁRIOS - 2010
Alcides Junqueira	79,80,81,82,83,84
Alvorada	111,112,113,152,153
Bela Vista	64
Brasil	88,89,90,147
Camargo	76
Carvalho	94
Central	53
Centro	01,02,03,04,05,06,07,08,09,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,137
Cristina	63
Distrito Industrial	115
Elândia	96
Eldorado	87
Esperança	86
Gardênia	59
Guimarães	41
Hélio	109
Independência	92,93
Ipiranga	65,66,143
Jamila	40
Jardim do Rosário	77,78,145,146
Jardim Europa	158
Jerônimo Mendonça	97,98
Lagoa Azul I	107,108,151
Lagoa Azul II	103
Maria Vilela	55,56
Marta Helena	43,44,45,46
Mirim	99
Morada do Sol	51
Natal	30,31,32,33,34,35
Nossa Senhora Aparecida	62
Novo Horizonte	75
Novo Mundo	52,141
Novo Tempo II	100,101,102,148,149,150
Paranaíba	58
Pirapitinga	37,38,39,138,139
Platina	47,48,49,50,140

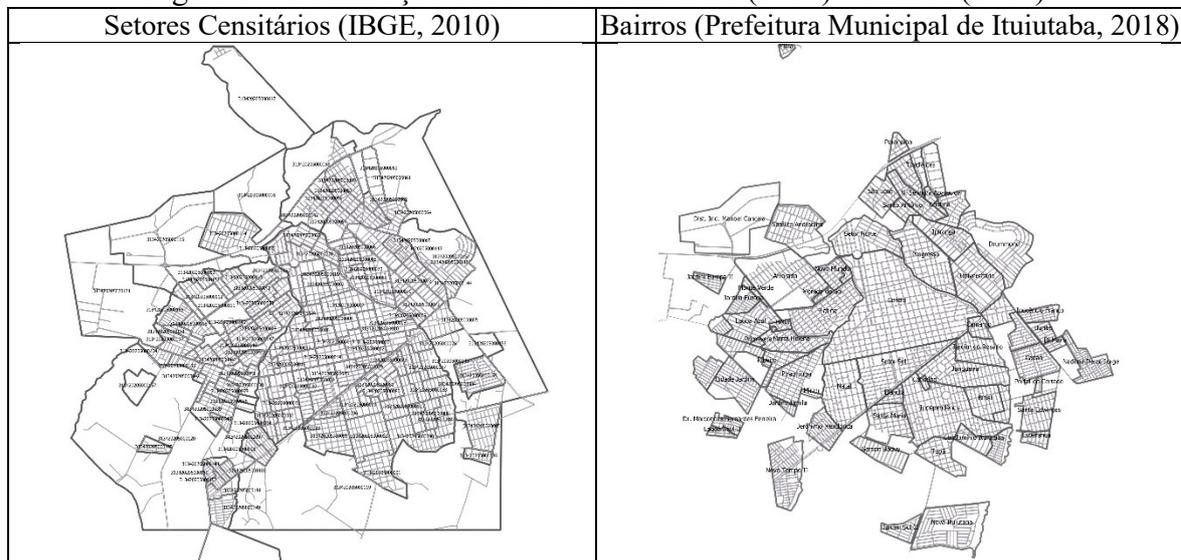
Progresso	67,68,69,70,71
Reside. Drummond	154
Resid. Monte Verde	110
Ribeiro	42
Santa Edwiges	85
Santa Maria	95
Santo Antônio	54
São José	57,142
Satélite Andradina	114
Setor Norte	20,21,22,23
Setor N. Industrial	61
Setor Sul	24,25,26,27,28,29
Sol Nascente	104,105
Tiradentes	60
Tupã	91
Universitário	72,73,74,144
Miisa	117
Gerson Baduy	Bairros novos criados após o levantamento censitário de 2010
Gilca Vilela Cancelli	
Jardim Europa 2	
Nadime Derze Jorge	
Nova Ituiutaba	
Residencial Buritis	
Res. Camilo Chaves	
Residencial Canaã	
Res. Carlos D. Leite	
Res. Cidade Jardim	
Res. Dr. Marcondes	
R. Inocência Franco	
R.J. Estados Unidos	
Res. Portal do Cerrado	
Res. Portal dos Ipês	

Em alguns casos, houve pequenas diferenças em relação à delimitação das áreas dos bairros e dos setores censitários, porém, contemplando áreas com baixa densidade de ocupação³. Ainda, vale ressaltar as situações dos bairros novos, criados após a realização do Censo Demográfico de 2010, sendo que muitos deles passaram a ocupar áreas onde antes

³ Alguns setores censitários do IBGE de 2010 não coincidem completamente com a delimitação dos bairros da Prefeitura Municipal de Ituiutaba, de 2018. Sendo assim, foram feitas algumas adequações, adaptações e, em alguns casos, foram desconsiderados os setores censitários de 2010 em situação urbana, mas que se enquadravam como “área não urbanizada de cidade ou vila” com baixo contingente demográfico.

correspondiam a setores censitários com baixa densidade de ocupação, principalmente nas áreas mais periféricas e de transição do uso urbano para rural, conforme figura 2.

Figura 2 – Delimitação dos setores censitários (2010) e bairros (2018)



Fonte: IBGE (2010) e Prefeitura Municipal de Ituiutaba (2018). Org.: Fidelis e Miyazaki, 2021.

Para ilustrar o fato de que muitos setores censitários periféricos contemplavam áreas com baixa densidade de ocupação, inserimos, ao fundo das duas delimitações, a base de faces de quadras, também disponibilizada pelo IBGE. Fica evidente que os setores censitários territorialmente mais amplos não possuíam arruamentos e quadras, o que demonstra sua baixa densidade de ocupação e, dessa maneira, impactando pouco no momento da compatibilização dos dados demográficos, por exemplo.

Por fim, cabe ressaltar que este esforço em compatibilizar os recortes territoriais para uma visualização geral da distribuição demográfica intra-urbana em Ituiutaba busca contribuir para o oferecimento de dados mais atualizados, diante do adiamento do Censo. Sabemos que apenas a variável relativa ao número de habitantes não é suficiente, porém, já nos ajudar a ter uma primeira aproximação com a realidade atual da cidade. Por exemplo, vários estudos foram realizados ao longo dos últimos anos (como aqueles apresentados por Jorge (2020), Jorge e Miyazaki (2020), Parreira (2018), Parreira e Miyazaki (2019), entre outros), não tiveram acesso a informações que pudessem demonstrar o contingente demográfico dos bairros analisados, sobretudo conjuntos habitacionais implantados a partir de 2010, no âmbito do PMCMV.

O adiamento do Censo Demográfico de 2020 foi anunciado oficialmente em 17 de março de 2020, pelo Conselho Diretor do IBGE, “Em função das orientações do Ministério

da Saúde relacionadas ao quadro de emergência de saúde pública causado pelo COVID-19” (IBGE, 2020b). Na ocasião, foi anunciado o adiamento para 2021. Porém, posteriormente, em 23 de abril de 2021, o IBGE (2021b) divulgou nova nota no qual anunciou novo adiamento do Censo em decorrência de orçamento insuficiente, conforme amplamente noticiado por vários veículos de comunicação. É possível supor que a inviabilização do Censo Demográfico pelo governo federal neste momento é proposital, diante do evidente recrudescimento das condições sociais e econômicas do país, agravadas pela pandemia, em momento que nos aproximamos do período eleitoral de 2022.

Para Whitacker (2021), podemos entender o boicote ao Censo Demográfico e ao IBGE durante o governo Bolsonaro através de duas perspectivas, a ignorância avassaladora do atual governo e ao desejo de ocultar da população seu próprio retrato em um contexto tão caótico ao qual nos encontramos.

Em que pesem as motivações que levaram a estes adiamentos, o nosso foco nesta parte do trabalho é evidenciar a importância dos levantamentos censitários para o diagnóstico e melhor caracterização demográfica, social e econômica de nossas cidades. Tais elementos contribuem significativamente para o estudo das cidades, bem como para a formulação de políticas públicas, para o planejamento e para a melhoria das condições de vida da população. Com base nas informações citadas, ressaltamos que o Censo Demográfico permite traçar um retrato abrangente do país por meio da coleta de dados relevantes a respeito da população. Segundo Whitacher (2021):

O potencial de um Censo para o planejamento e a gestão do Estado, em suas instâncias federal, estadual ou municipal é, portanto, enorme. Pode-se conhecer o país e sua população para melhor se aplicar recursos, planejar ações, estudar e propor políticas e, inclusive, prever problemas sociais e ambientais.

Vários estudos, tais como aqueles apresentados por Porto-Sales (2014) e Alves (2018), já demonstraram a relevância dos dados censitários para os estudos urbanos. E, diante disso, enfatizamos a importância que o IBGE tem desempenhado ao longo das décadas e que, infelizmente, tem sido prejudicada recentemente, sobretudo em relação à quebra da regularidade de seus levantamentos.

Além disso, num período de 11 anos muitas transformações podem ocorrer numa cidade, sobretudo no caso de Ituiutaba, que passou por modificações relevantes com a instalação de grande quantidade de unidades habitacionais pelo PMCMV, conforme exposto anteriormente. Sendo assim, consideramos que o adiamento do Censo Demográfico e da

inexistência de dados atualizados prejudica em muito a realização de uma caracterização inicial, mesmo que a partir de variáveis como a expansão territorial da urbana. Apenas para ilustrar, as transformações quanto à distribuição populacional dos moradores podem contribuir para um olhar mais atual da cidade e subsidiar outros estudos ou mesmo respaldar o poder público quanto à discussão e implementação de políticas em geral.

É neste contexto que no item a seguir procuraremos analisar o caso da cidade de Ituiutaba. Considerando-se todos os procedimentos aqui descritos, partimos para a apresentação das informações levantadas, os mapeamentos e uma análise a partir dos resultados alcançados.

2.2. Expansão territorial e dinâmica populacional em Ituiutaba (2010-2019)

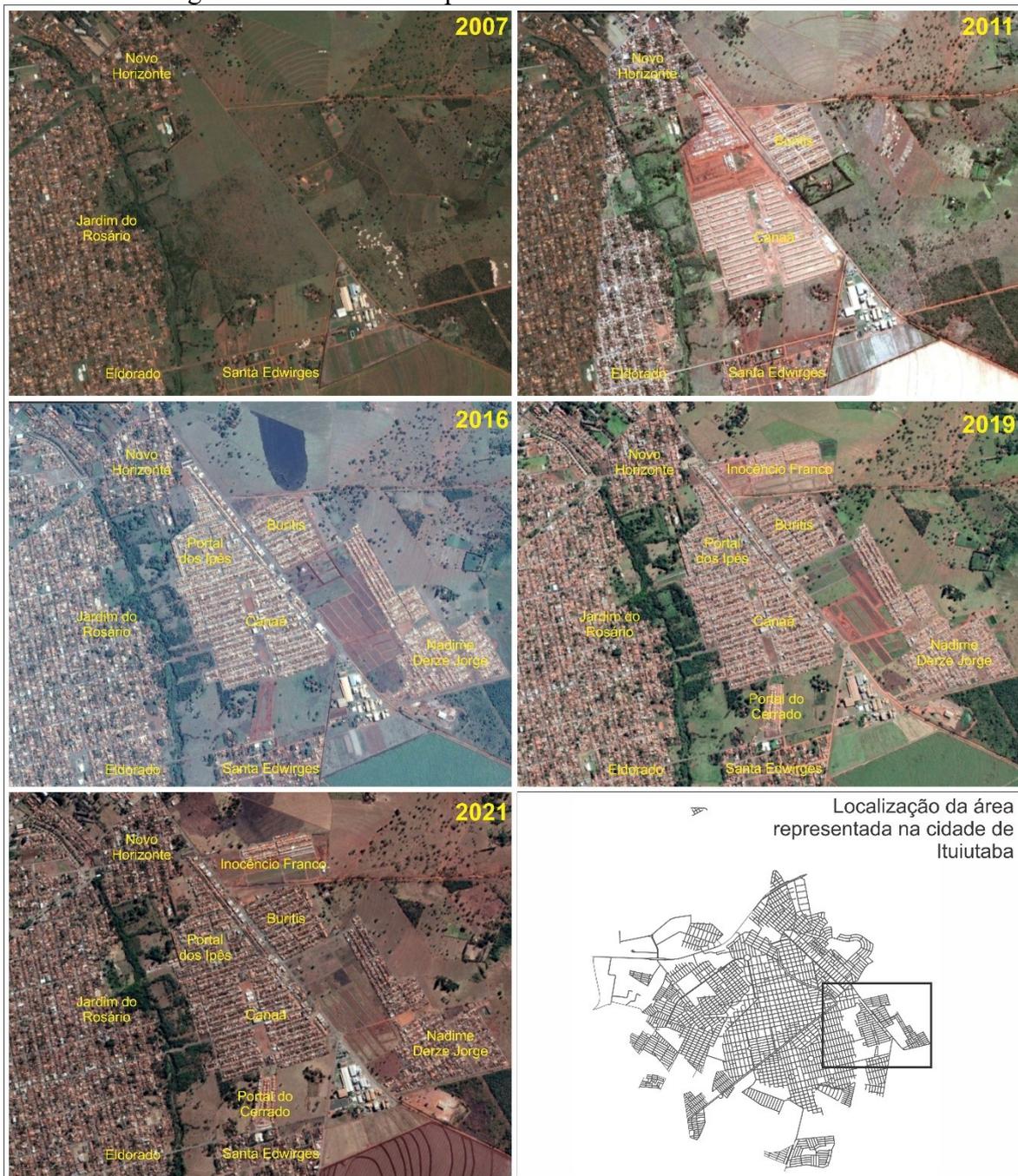
Começamos o nosso estudo a partir da análise da expansão territorial urbana. Como vimos no âmbito do capítulo 1, aqui estamos nos referindo à produção do espaço urbano e suas implicações na extensão territorial da cidade, ou seja, da incorporação de terras rurais para o uso urbano.

Neste aspecto ressaltamos que a expansão territorial urbana em Ituiutaba ocorria de maneira relativamente contínua e compacta. Porém, a partir da década de 1990 passou-se a verificar uma dispersão territorial mais expressiva, inclusive por meio da produção de áreas urbanas descontínuas, cenário que foi intensificado a partir dos anos 2000 (MIYAZAKI, 2018). É justamente no período mais recente que focaremos a nossa análise, principalmente a partir de 2010, quando teve início a implantação dos conjuntos habitacionais do PMCMV e o lançamento de alguns loteamentos privados.

Ressaltamos ainda que na última década não houve novos loteamentos ou produção de conjuntos habitacionais em direção ao norte da cidade. Os empreendimentos imobiliários concentraram-se nos setores leste, sul e oeste e, por isso, nas figuras a seguir concentramos os nossos olhares nestas áreas.

Inicialmente, na figura 3, observamos como ocorreu a expansão territorial da cidade em direção ao setor leste. Os primeiros conjuntos habitacionais implantados pelo PMCMV em Ituiutaba foram construídos nesta área. Embora as obras tenham sido iniciadas em 2009, elas só foram concluídas em 2011, quando as unidades habitacionais foram entregues para a população. Foram os casos dos residenciais Buritis, Canaã I e Canaã II.

Figura 3 – Setor leste: expansão territorial urbana – 2007-2021



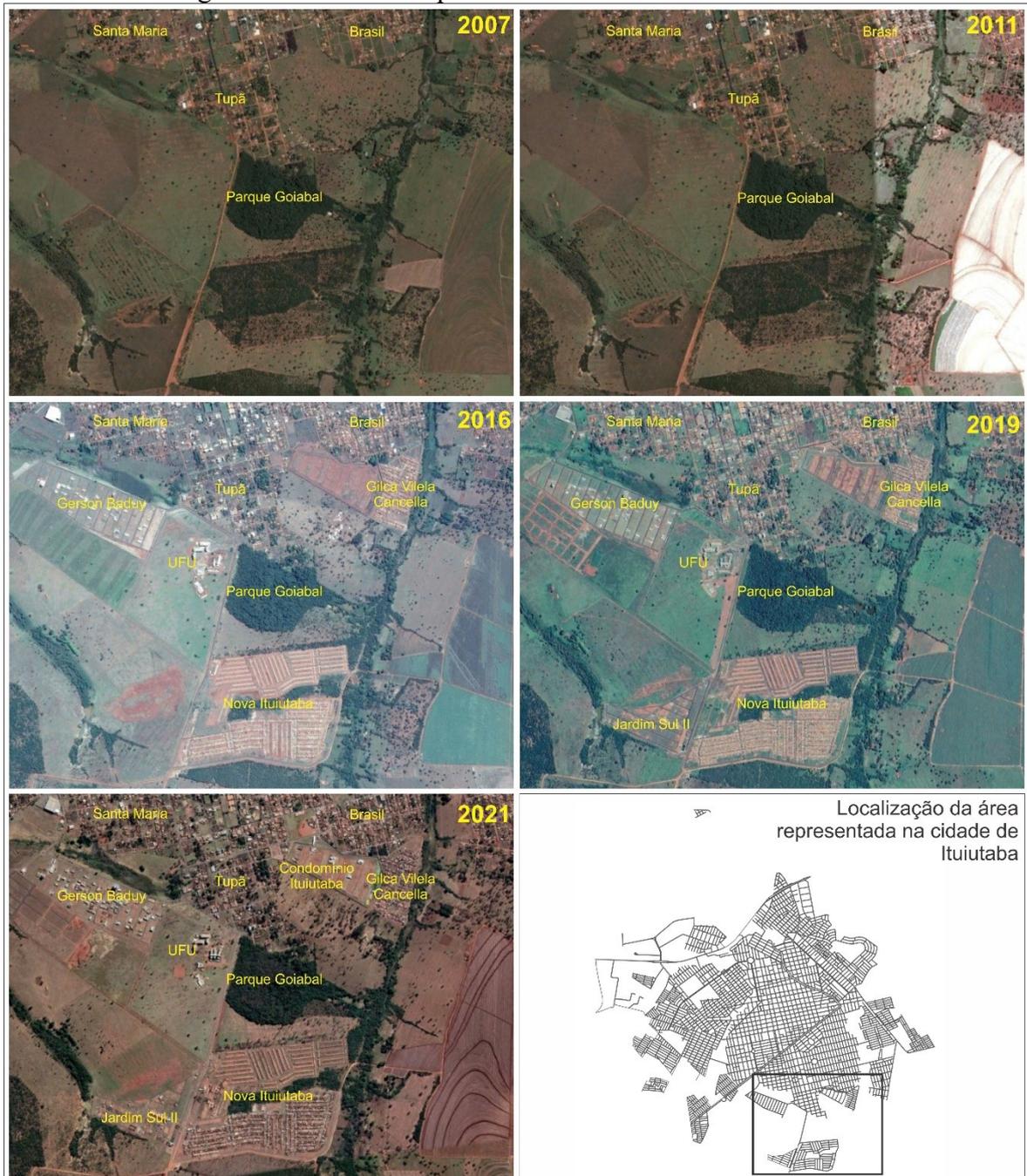
Fonte: Google Earth (2007, 2011, 2016, 2019 e 2021). Org.: Miyazaki e Fidelis, 2021.

Posteriormente, em 2014 foram entregues os conjuntos habitacionais Nadime Derze Jorge I e Nadime Derze Jorge II, também pelo PMCMV, o que intensificou a expansão territorial da cidade nesta direção. A soma destes cinco conjuntos da faixa 1 instalados nesta área da cidade corresponde a 2.159 unidades habitacionais, segundo Jorge e Miyazaki (2020). Se somarmos este montante a outros empreendimentos imobiliários implantados na área, como no caso do Residencial Portal dos Ipês (faixa 2 do PMCMV), que corresponde a

cerca de 483 unidades habitacionais, assim como os novos loteamentos em implantação no entorno, nota-se houve uma expansão significativa para o setor leste de Ituiutaba. A comparação entre as imagens de 2007 e 2021 da figura 2 ilustra bem esta expansão.

Também tivemos expansão territorial urbana em direção ao sul da cidade (figura 4), inclusive por meio de conjuntos habitacionais do PMCMV.

Figura 4 – Setor sul: expansão territorial urbana – 2007-2021



Fonte: Google Earth (2007, 2011, 2016, 2019 e 2021). Org.: Miyazaki e Fidelis, 2021.

Ao se comparar as imagens de 2011 e 2016 da figura 4 destaca-se a área onde foi implantada os residenciais Nova Ituiutaba I, II, III e IV. Na realidade, até o momento apenas os conjuntos Nova Ituiutaba I e III, num total de 997 unidades habitacionais, foram entregues e ocupados. Os residenciais Nova Ituiutaba II e IV, que totalizam 800 casas, ainda não foram concluídos. O que chama atenção neste caso dos residenciais Nova Ituiutaba é a descontinuidade territorial que caracterizou a expansão nesta área. Embora se tenha o campus da UFU e o Parque Municipal do Goiabal nesta área, os conjuntos Nova Ituiutaba foram produzidos em áreas distantes do tecido urbano já consolidado.

Ainda entre os conjuntos habitacionais, podemos mencionar o Residencial Gilca Vilela Cancelli, com 364 unidades e implantado em 2014. Na figura 4, ela passa a comparecer na imagem de 2016, mais a leste, mas ainda por meio de continuidade territorial ao tecido urbano já existente.

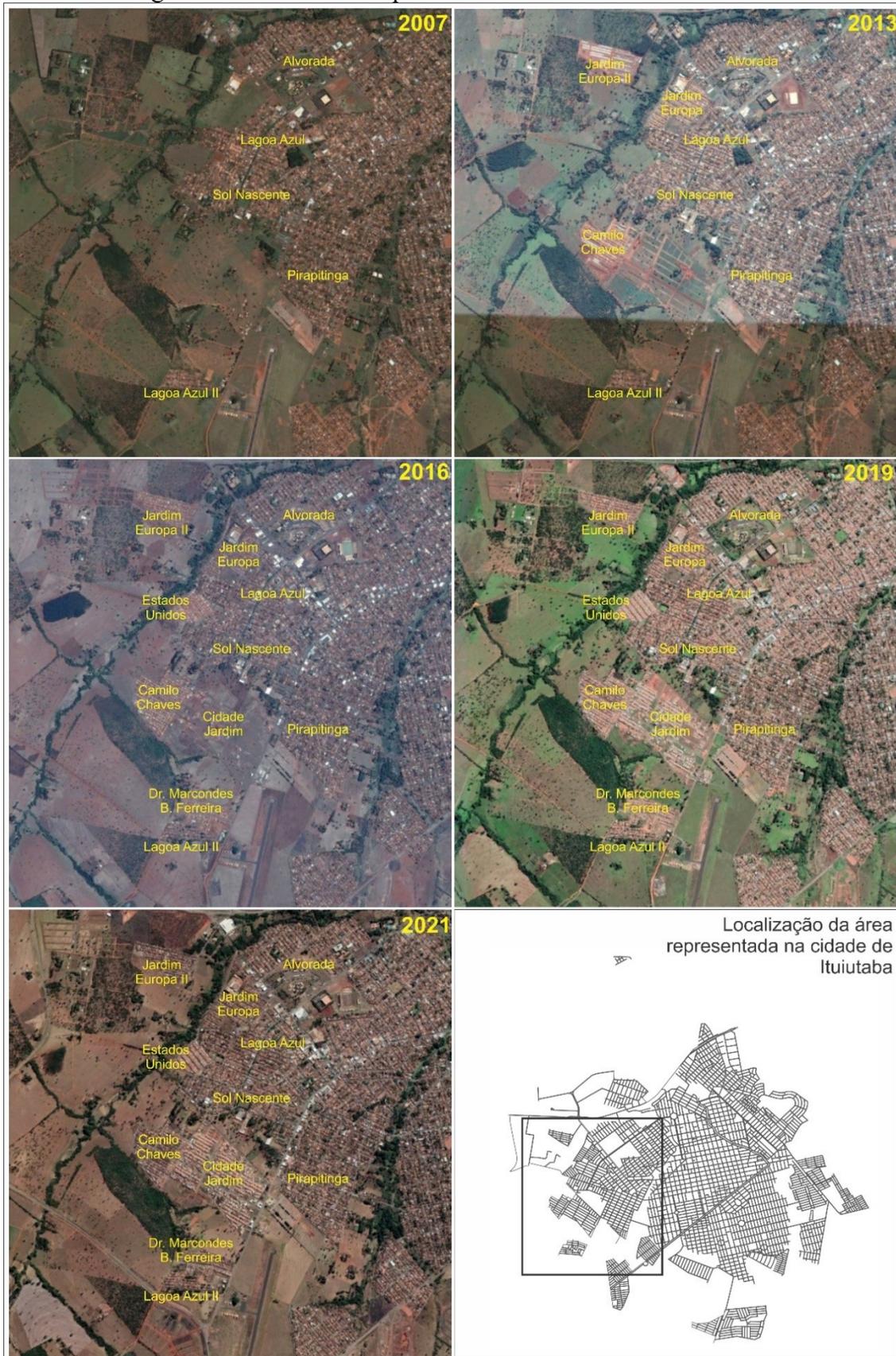
Os outros empreendimentos que demonstram a expansão territorial urbana na direção sul da cidade se referem a loteamentos privados. Podemos citar o caso do bairro Gerson Baduy, que foi implantado por um grupo local que doou uma área para a implantação do campus Pontal da Universidade Federal de Uberlândia ao lado. Considerando-se a possível valorização imobiliária das terras do entorno do campus, as áreas foram loteadas para a produção desta área residencial.

Mais ao sul, ao lado dos residenciais Nova Ituiutaba, também foi implantado o loteamento Jardim Sul II, que comparece na figura 4 a partir da imagem de 2019. Trata-se de uma iniciativa lançada após a entrega e ocupação dos conjuntos habitacionais Nova Ituiutaba I e III.

Por fim, podemos notar, ainda na figura 4, o Condomínio Ituiutaba. Embora seja possível observar as obras desde a imagem de 2016, ela passou a ser ocupada mais recentemente, com as primeiras residências comparecendo na imagem de 2021. Trata-se de um empreendimento de alto padrão, mas que foi construído ao lado do conjunto habitacional Gilca Vilela Cancelli, já mencionado anteriormente.

Já para o setor Oeste também observamos um processo de expansão territorial urbana significativa (figura 5). Os conjuntos habitacionais também se fazem presentes, como nos casos do Jardim Europa II (390 unidades) e Residencial Doutor Marcondes Bernardes Ferreira (230 unidades). Ambos os conjuntos foram entregues pelo PMCMV em 2015 e, por isso, comparecem na figura 5 a partir das imagens de 2013 (quando estavam sendo construídos).

Figura 5 – Setor oeste: expansão territorial urbana – 2007-2021



Fonte: Google Earth (2007, 2011, 2016, 2019 e 2021). Org.: Miyazaki e Fidelis, 2021.

Outra modalidade que se faz presente nesta área de maneira expressiva diz respeito à faixa 2 do PMCMV, como é o caso do Residencial Camilo Chaves, que corresponde a mais de 930 casas, e o Jardim Estados Unidos, com aproximadamente 200 unidades. Trata-se de uma expansão bastante significativa somente nesta faixa do PMCMV. Além disso, outro empreendimento que se destaca nesta área da cidade diz respeito ao loteamento Cidade Jardim, que passa a comparecer na figura 5 com algum tipo de ocupação a partir da imagem de 2016.

Em linhas gerais, considerando-se a expansão territorial urbana evidenciada por meio do conjunto de imagens de satélite, é possível observar que houve um crescimento horizontal significativo nas direções leste, sul e oeste. Em alguns casos, como dos conjuntos habitacionais e residenciais implantados a partir do PMCMV, é possível ter um certo dimensionamento dos empreendimentos por meio dos dados de número de unidades implantadas. Porém, para o caso dos loteamentos privados, não há parâmetros que possam dimensionar este crescimento.

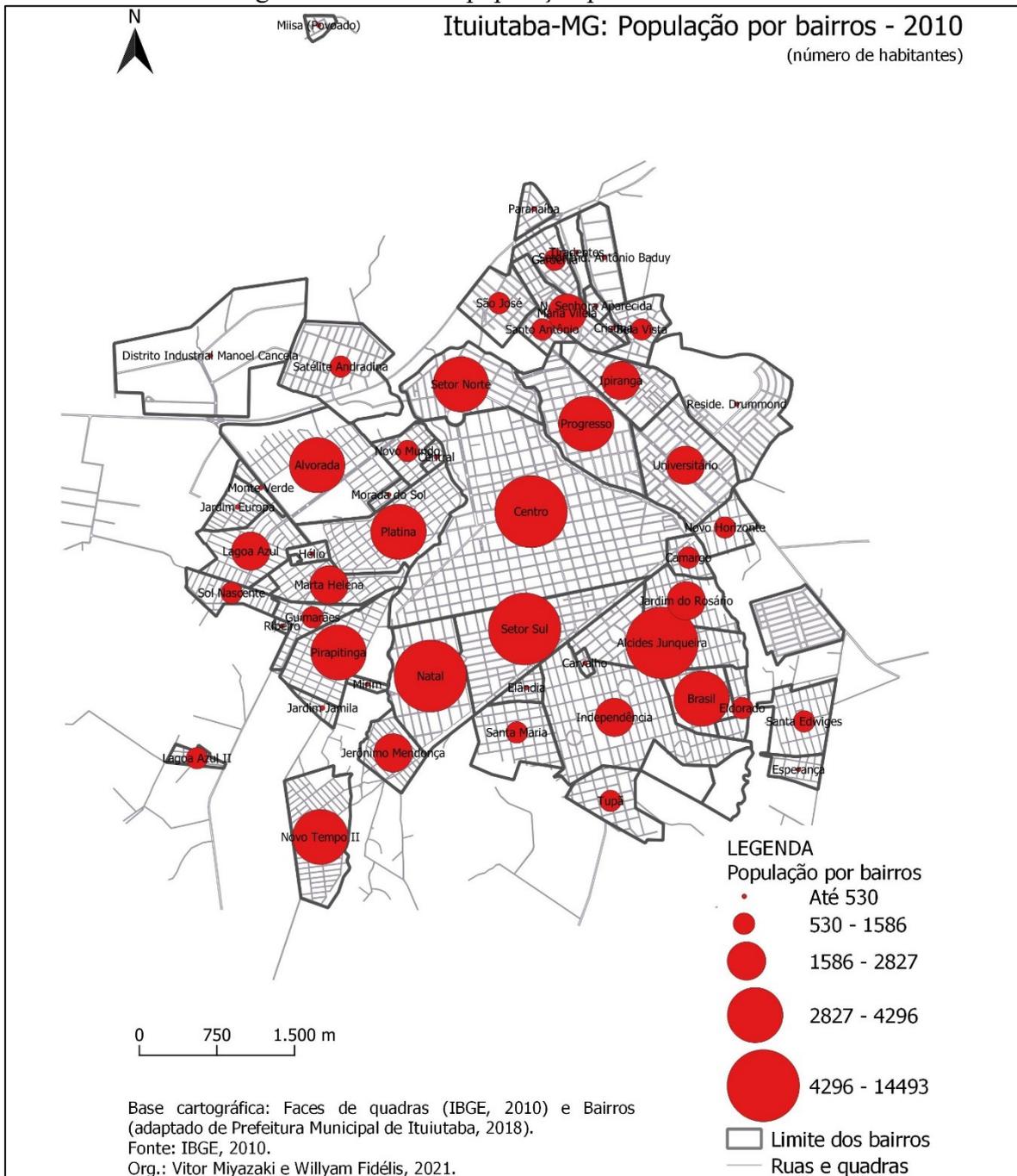
Além disso, para o caso dos conjuntos e residenciais entregues pelo PMCMV, temos apenas os dados referentes ao número de unidades habitacionais, já apresentados por Jorge e Miyazaki (2020) com base em informações da Secretaria Nacional de Habitação, do Ministério do Desenvolvimento Regional. Porém, sabemos que o número de moradores por residência pode variar muito e, dessa maneira, também não temos a possibilidade de se analisar a distribuição da população após a instalação destes empreendimentos.

Ademais, por meio da observação das imagens de satélite apresentadas nas figuras 3, 4 e 5, é possível notar diferenças em relação à densidade de ocupação das novas áreas urbanas que compõem a expansão territorial observada. Enquanto nos conjuntos habitacionais as casas foram construídas mais próximas uma das outras e rapidamente ocupadas, em alguns loteamentos os terrenos são maiores e poucas casas foram construídas até o momento.

Para tentar elucidar melhor estes aspectos, buscamos, como já citado anteriormente, outras variáveis que pudessem caracterizar estas áreas resultantes da expansão territorial da cidade observada nos últimos anos. E foi neste contexto que recorreremos aos dados sobre número de habitantes disponibilizados pelo CCZ de Ituiutaba, por meio do “Reconhecimento Geográfico” realizado pelos agentes desta instituição municipal. A partir das figuras a seguir apresentaremos os mapas produzidos com base nestes dados.

Iniciamos pela figura 6, que representa a distribuição da população do Censo Demográfico de 2010 por bairros.

Figura 6 – Ituiutaba: população por bairros - 2010



Fonte: IBGE, 2010. Org.: Miyazaki e Fidelis, 2021.

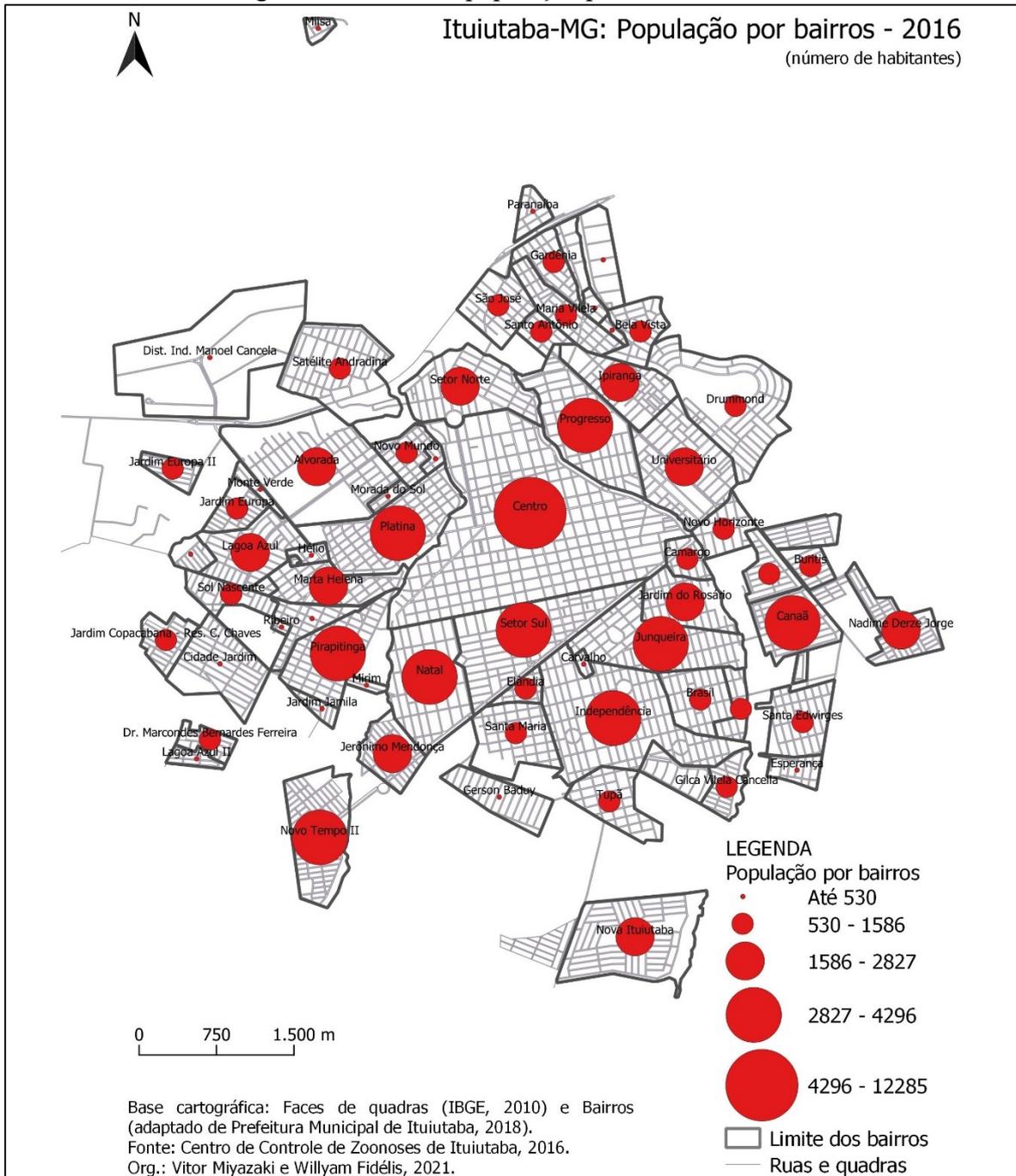
Em 2010 os bairros mais populosos na cidade eram: Centro, Natal, Alcides Junqueira e Setor Sul. Enquanto o Centro possuía mais de 14 mil habitantes, os outros três bairros mais populosos tinham cerca de 5 mil habitantes cada⁴. Além disso, estes quatro bairros estão localizados próximos um dos outros. Um segundo grupo, com população entre 3 e 4 mil

⁴ Os dados de todos os bairros para os três períodos analisados, bem como as varrições, estão disponíveis na tabela com apêndice deste trabalho.

habitantes aproximadamente, contempla os bairros: Progresso, Novo Tempo II, Pirapitinga, Brasil, Platina, Setor Norte e Alvorada. Neste caso, já se observam tanto bairros mais centrais como também periféricos. No geral, os bairros mais periféricos apresentavam, em 2010, os menores contingentes demográficos da cidade.

Já a figura 7 representa o cenário para 2016, já com base nos dados do CCZ.

Figura 7 – Ituiutaba: população por bairros - 2016



Fonte: CCZ, 2016. Org.: Miyazaki e Fidelis, 2021.

Entre os bairros mais populosos, não notamos muitas transformações. O Centro continua sendo o bairro mais populoso (com pouco mais de 12 mil habitantes), seguido por Natal, Alcides Junqueira e Setor Sul (todos acima de 4 mil moradores). Porém, o destaque fica para o bairro Independência, que praticamente dobra de população no período e passa a se aproximar do grupo mais populoso, com mais de 3,5 mil habitantes.

Além disso, em 2016 temos os primeiros dados relativos aos bairros resultantes de conjuntos habitacionais implantados a partir de 2010. Neste grupo, podemos destacar o Canaã (que já figura com 3,2 mil habitantes), Nova Ituiutaba (com quase 2,5 mil habitantes) e Nadime Derze Jorge (com quase 2,4 mil habitantes).

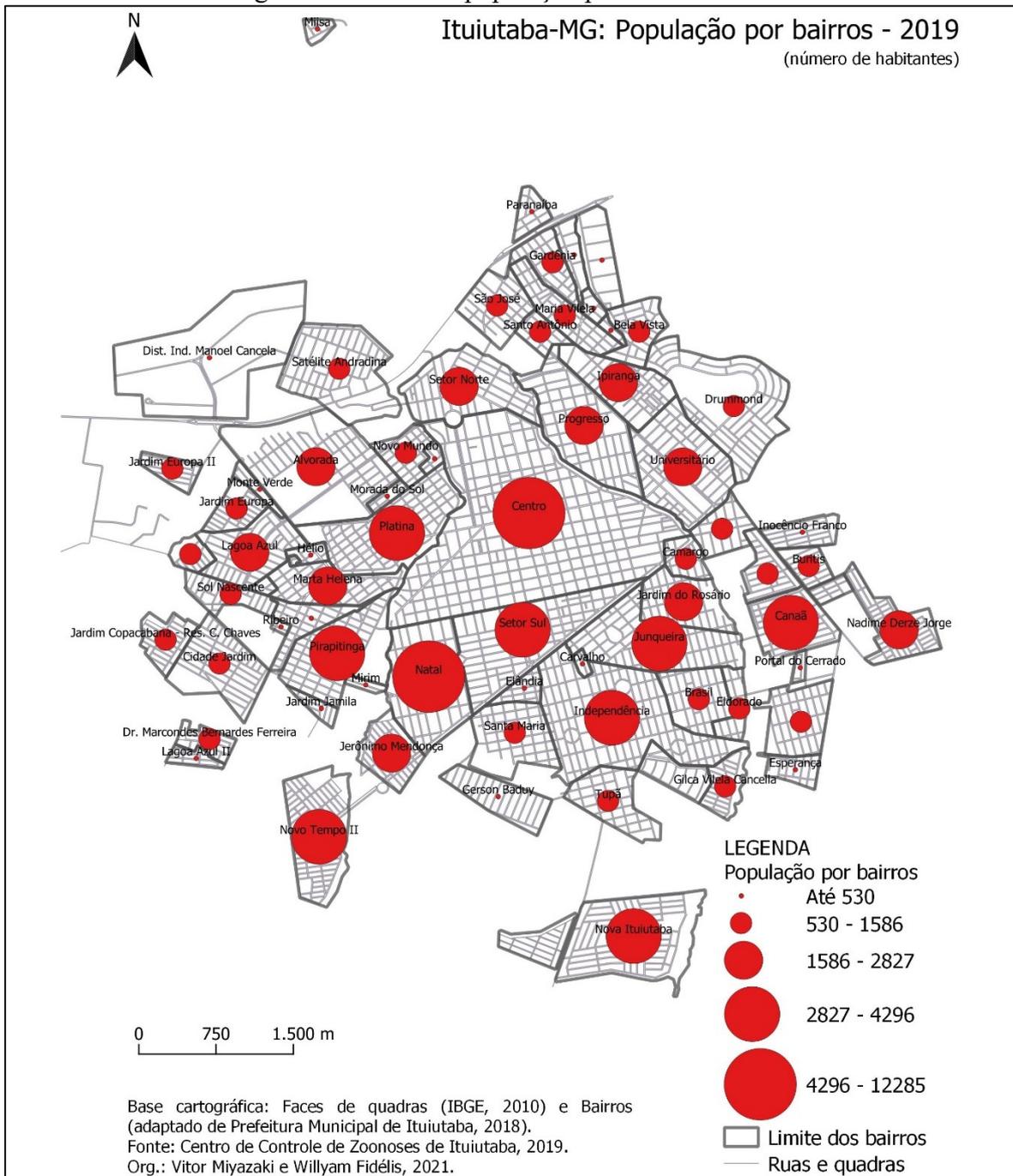
Ao retomarmos a figura 7 fica evidente o crescimento significativo no setor leste da cidade, já evidenciado anteriormente por meio da expansão territorial urbana. Somente a soma da população dos residenciais Nadime Derze Jorge e Canaã totaliza um montante de 5,6 mil habitantes, sem considerar ainda os outros bairros do seu entorno.

Em termos populacionais, o setor oeste não havia passado ainda por transformações tão significativas, mas os novos empreendimentos residenciais passam a comparecer como novos locais habitados. Este cenário começou a mudar um pouco mais em 2019, conforme se observa na figura 8. Isto porque, para além dos residenciais resultantes do PMCMV, o loteamento Cidade Jardim passa a ser mais ocupado, alcançando uma população de aproximadamente 1,1 mil habitantes (em 2016 eram apenas 19 moradores).

Na realidade, se somarmos a população distribuída ao longo das novas áreas residenciais situados na porção oeste da cidade, teríamos mais de 3 mil habitantes somente na área que compreende os bairros Cidade Jardim, Camilo Chaves e Doutor Marcondes Bernardes Ferreira, que não apresentava ocupação urbana em 2010. Ainda na porção oeste, destaca-se o aumento populacional expressivo verificado no bairro Jardim Estados Unidos, que passa de 80 habitantes em 2016 para 533 em 2019.

Ainda ao observarmos a figura 8, nos outros setores da cidade houve uma certa manutenção do número de habitantes nas áreas de expansão territorial urbana mais recentes, apenas com pequenas oscilações. Enquanto houve pequeno aumento populacional em bairros como o Nadime Derze Jorge e Nova Ituiutaba, houve leve queda no número de moradores de bairros como Canaã e Buritis, por exemplo. Conforme alertado pela servidora do CCZ, pequenas oscilações podem acontecer em decorrência de dificuldades do agente de encontrar o morador ou visitar os imóveis.

Figura 8 – Ituiutaba: população por bairros - 2019

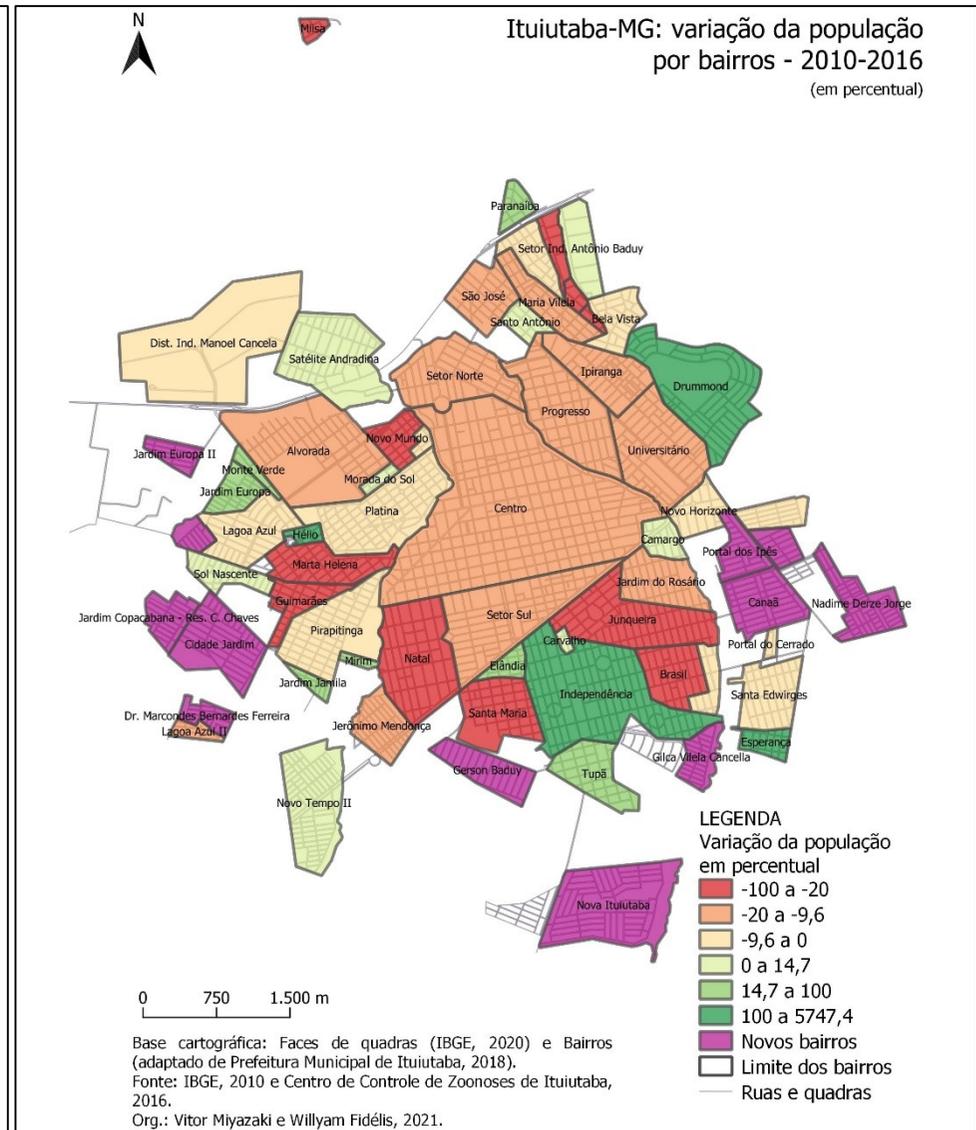
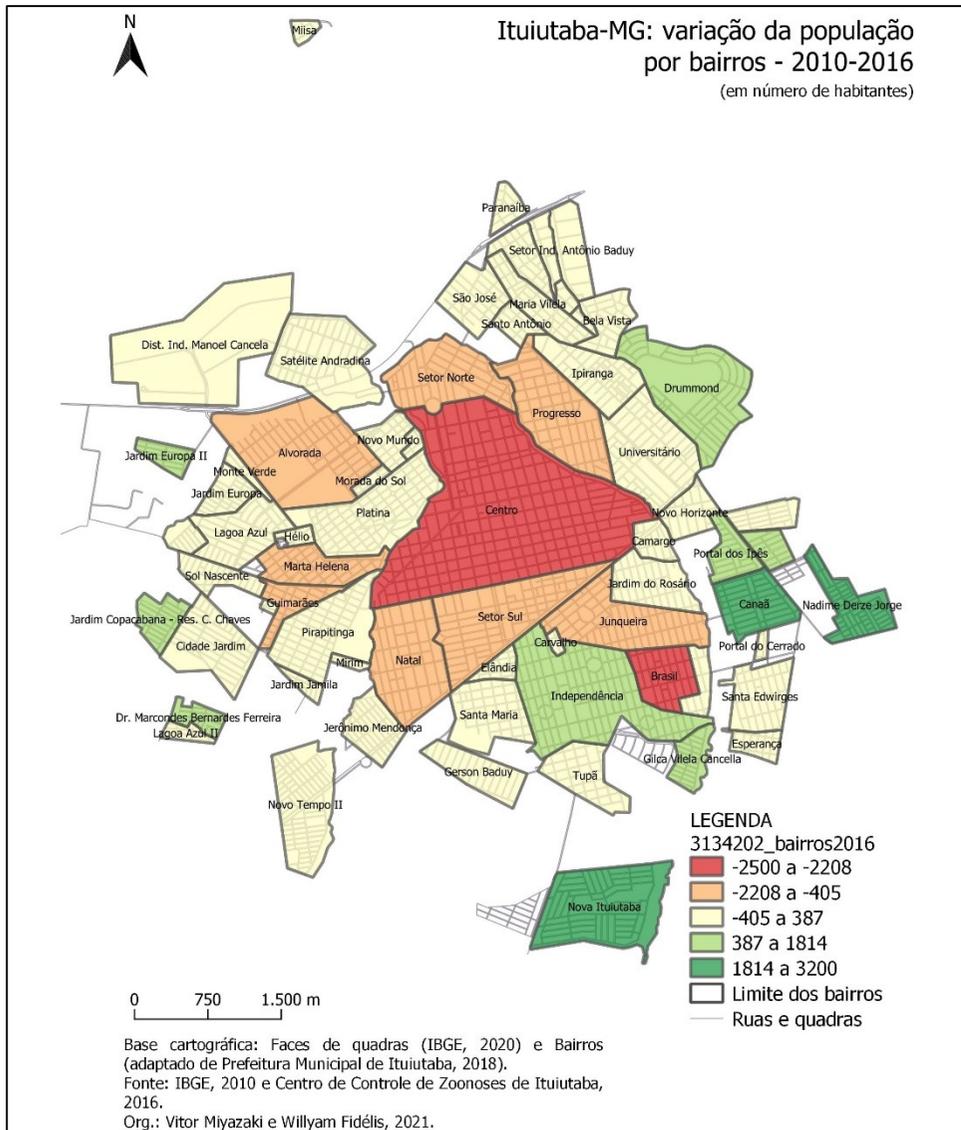


Fonte: CCZ, 2019. Org.: Miyazaki e Fidelis, 2021.

Porém, para além da distribuição geral do número de habitantes por bairros, consideramos importante avaliar as variações, ou seja, em quais bairros verificamos maiores aumentos ou diminuições na população. Neste sentido, apresentamos a seguir os mapas que representam estas oscilações.

Figura 9 – Ituiutaba: variação da população por bairros (habitantes) 2010-2016

Figura 10 – Ituiutaba: variação da população por bairros (percentual) 2010-2016

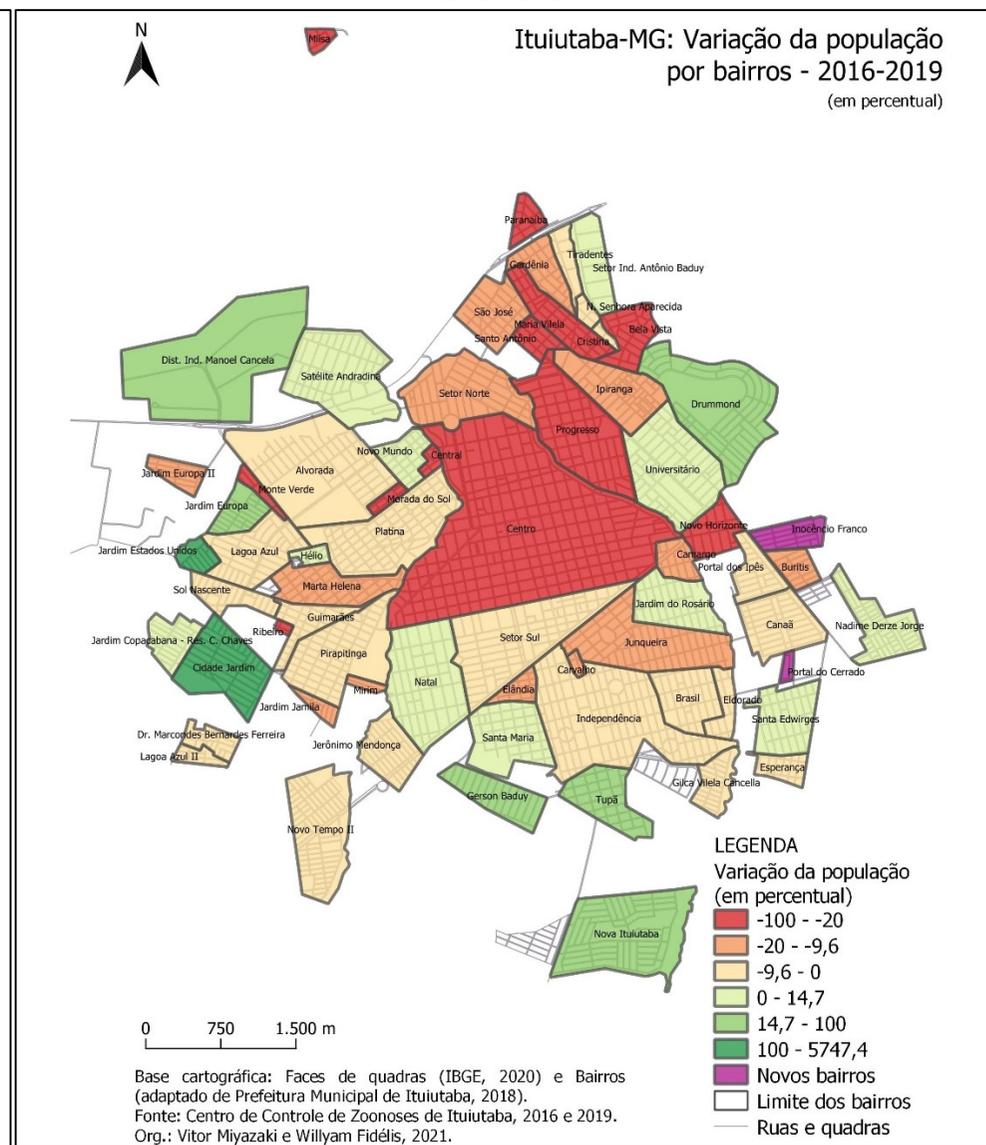
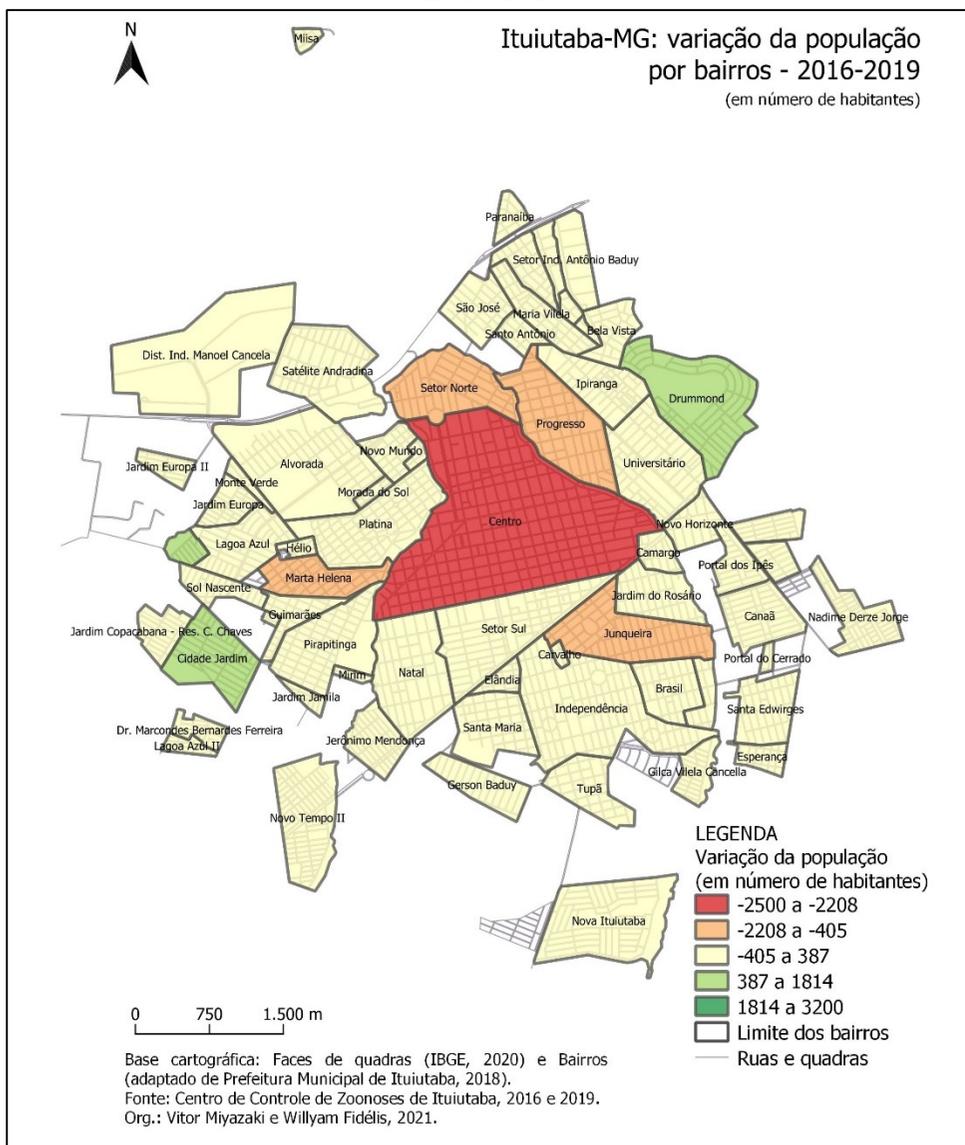


Fonte: IBGE (2010) e CCZ (2016). Org.: Miyazaki e Fidelis, 2021.

Fonte: IBGE (2010) e CCZ (2016). Org.: Miyazaki e Fidelis, 2021.

Figura 11 – Ituiutaba: variação da população por bairros (habitantes) 2016-2019

Figura 12 – Ituiutaba: variação da população por bairros (percentual) 2016-2019



Fonte: CCZ (2016 e 2019). Org.: Miyazaki e Fidelis, 2021.

Fonte: CCZ (2016 e 2019). Org.: Miyazaki e Fidelis, 2021.

Ao observarmos as figuras 9 a 12, é possível notar as principais variações em relação ao número de moradores por bairros, tanto em valores absolutos (em relação ao número de habitantes) quando em valores relativos (referentes à variação em percentual).

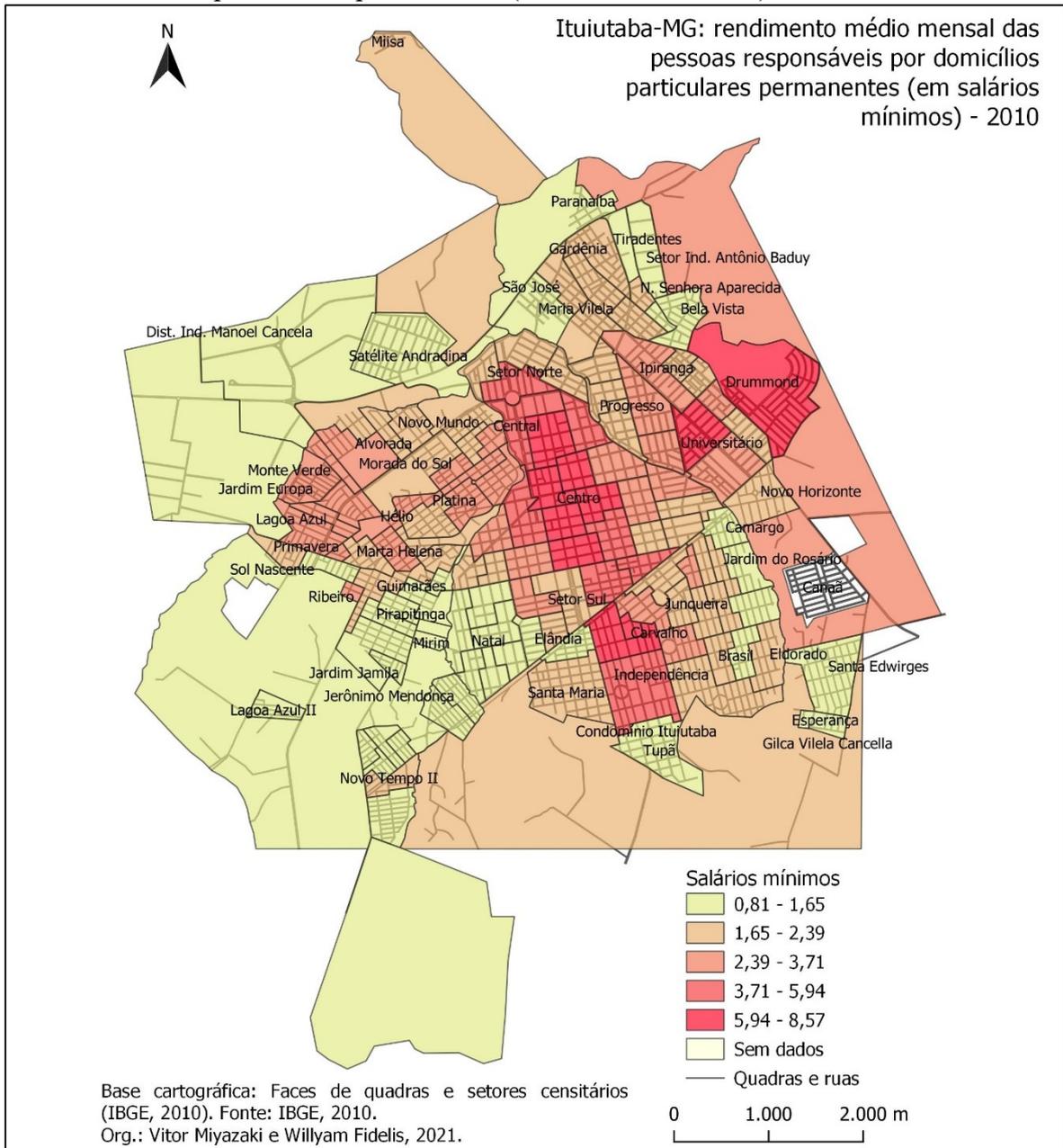
No caso das figuras 9 e 10, relativas ao período entre 2010 e 2016, é possível notar que as três áreas onde houve maior crescimento absoluto no número de habitantes se referem a bairros novos, constituídos a partir de conjuntos habitacionais faixa 1 do PMCMV (Canaã, Nadime Derze Jorge e Nova Ituiutaba), situados em áreas mais periféricas da cidade (setores leste e sul), com variação entre 1814 e 3200 moradores. Num segundo nível destacam-se outros bairros resultantes do PMCMV, tanto faixa 1 (Buritis, Jardim Europa II, Doutor Marcondes Bernardes Ferreira e Gilca Vilela Cancelli) quanto faixa 2 (Camilo Chaves e Portal dos Ipês), mas também alguns voltados para a população de renda mais alta, como nos casos do Drummond e Independência. Inclusive, estes dois últimos bairros são os que apresentaram a maior variação em termos percentuais (figura 10). No caso das informações a respeito da renda na escala intra-urbana, não temos dados atualizados. O último levantamento diz respeito ao Censo Demográfico de 2010 e, por isso, na figura 13 apresentamos o cenário daquele momento para pelo menos contextualizar os bairros que citamos como sendo de alta renda, assim como entender em quais áreas foram implantados os conjuntos habitacionais do PMCMV.

Retomando as figuras 9 e 10, as maiores perdas populacionais em termos percentuais foram verificadas em alguns bairros situados na zona sul da cidade (Alcides Junqueira, Brasil, Santa Maria e Natal), oeste (Guimarães, Marta Helena, Novo Mundo e Ribeiro) e norte (Cristina, Nossa Senhora Aparecida e Tiradentes). Porém, a maior queda em termos absolutos foi verificada no bairro Brasil, com uma perda de mais de 2,3 mil habitantes. Trata-se de uma variação muito grande e que merece atenção, uma vez a diferença é muito expressiva. Para estudos futuros, será necessário verificar este caso, inclusive quando for realizado o próximo Censo Demográfico. Ao mesmo tempo, o Centro perdeu 2,2 mil habitantes, destacando-se uma perda populacional também bastante significativa.

No período de 2016 a 2019, por sua vez, nota-se uma maior estabilidade em relação à variação do número de habitantes por bairros. Os destaques estão no grande crescimento, em termos percentuais, da população nos bairros Cidade Jardim e Jardim Estados Unidos. Inclusive são estes os bairros que passaram por maior aumento populacional em números absolutos, acrescentando-se o Drummond. O que chama atenção neste ponto é que estas

áreas que passaram por maior aumento populacional apresentam localização periférica, porém, não se referem a conjuntos habitacionais (faixa 1) do PMCV, como ocorreu no período anterior. Inclusive, ao retomarmos a figura 13, nota-se que o bairro Drummond já se inseria em uma área caracterizada por renda mais alta.

Figura 13 - Ituiutaba: rendimento médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (em salários mínimos) - 2010



Fonte: IBGE (2010). Org.: Miyazaki e Fidelis, 2021.

Por fim, ressaltamos as principais quedas verificadas no contingente demográfico por bairros no período de 2016 a 2019. O maior destaque está na redução do número de

habitantes do bairro Centro, representando quase 2,5 mil pessoas. Este aspecto, somado à queda já verificada no período 2010-2016, aponta para uma tendência de perda populacional expressiva no bairro Centro. Em um segundo nível, observou-se uma redução também em bairros situados ao norte (Paranaíba, Bela Vista, Maria Vilela, Santo Antônio, Progresso, entre outros).

Embora tenhamos dados que demonstram claramente os bairros com maiores perdas e outros com maiores ganhos populacionais, não é possível definir os fluxos e os deslocamentos que ocorreram no contexto da expansão territorial da cidade nos últimos anos. Porém, com tais dados, é possível inferir algumas informações. Por exemplo, o fato do bairro Centro ter perdido população entre desde 2010 é algo representativo, uma vez que justamente neste período houve aumento do número de moradores em novos bairros periféricos. Se considerarmos a renda média mais alta dos moradores do bairro Centro, podemos supor que estes moradores estejam se deslocando para bairros periféricos voltados para esse público, como o Drummond, Cidade Jardim e Gerson Baduy, incluindo-se espaços residenciais fechados. Ao mesmo tempo, sabemos que os dados de renda apresentados na figura 13 se refere à média e, por isso, não se tratam de bairros totalmente homogêneos. Por meio da análise destes dados, destaca-se o aumento populacional verificado nos bairros resultantes de conjuntos habitacionais do PMCMV no período 2010 a 2016, que podem ser relacionadas com diferentes áreas da cidade que passaram por maiores perdas demográficas.

Por fim, os dados aqui apresentados e mapeados permitem, mesmo que de maneira geral, uma caracterização atual da cidade de Ituiutaba diante da expansão territorial da cidade e da distribuição da população considerando-se os novos bairros produzidos ao longo dos últimos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender as diferentes facetas do processo de produção do espaço urbano é algo fundamental para conhecermos melhor as nossas cidades, uma vez que isto amplia as possibilidades de leitura e compreensão da dinâmica urbana local, além de poder contribuir para a gestão pública e o planejamento urbano.

Foi neste contexto que buscamos compreender as transformações ocorridas em Ituiutaba nos últimos anos, considerando-se a expansão territorial urbana e a dinâmica da distribuição populacional por bairros. Esta leitura foi importante pois permitiu atualizar os dados relativos ao contingente demográfico dos diferentes bairros da cidade, incluindo-se os mais novos, que foram implantados após a realização do último Censo Demográfico em 2010. Sendo assim, considerando-se os objetivos deste trabalho, acreditamos que atendemos a proposta inicialmente prevista.

Além disso, por meio da realização da compatibilização dos recortes entre setores censitários de 2010 e a delimitação dos bairros de 2018, pudemos comparar os dados disponibilizados pelo Censo Demográfico do IBGE com aqueles fornecidos pelo CCZ de Ituiutaba para os anos de 2016 e 2019. Como mencionado, em breve será divulgado o levantamento do “Reconhecimento Geográfico” do CCZ para o ano de 2021 e, posteriormente, caso o Censo Demográfico do IBGE venha a ser realizado em 2022, poderemos estabelecer novas comparações para apontar limites e potencialidades na utilização destes dados. Não se trata de buscar criticar ou supervalorizar as informações do CCZ, uma vez que seus procedimentos para coleta de dados são diferentes daqueles adotados pelo IBGE. Trata-se de apresentar esta fonte como alternativa importante para a atualização de parte das informações em períodos intercensitários, sobretudo quando há atraso na realização do novo Censo. Apenas a partir dos dados aqui explorados, já ficou evidente que a base de informações do CCZ é relevante, principalmente para ajudar na caracterização demográfica dos novos bairros, implantados após o último levantamento censitário.

Por fim, diante dos resultados aqui apresentados, procuramos demonstrar como os dados secundários, sejam eles levantados pelo IBGE ou por outras instituições na escala local, são importantes para permitir a leitura e o diagnóstico das dinâmicas inerentes ao processo de produção do espaço urbano e suas transformações.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. D. G. Os dados dos Censos Demográficos como base para análise de problemas complexos: uma avaliação dos países latino-americanos. In: XI Semana de Geografia, 2018, Campinas. **Anais do XI Semana de Geografia**, 2018.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2008.

CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014. p.53-74.

CARMO, R. L.; D’ANTONA, A. O. Transição demográfica e a questão ambiental: para pensar população e ambiente. In: D’ANTONA, A. O.; CARMO, R. L. (org.). **Dinâmicas demográficas e ambiente**. Campinas: Nepo, 2011. p.13-23.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p.41-51.

IBGE. **Estimativas da população – 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a.

IBGE. **Adiamento do Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b. Disponível em: <
<https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques/30569-adiamento-do-censo-demografico.html>>. Acesso em: 04 out. 2021

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.

IBGE. **Censo 2020 adiado para 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em: <
<https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques/27161-censo-2020-adiado-para-2021.html>>. Acesso em: 04 out. 2021.

JORGE, R. M. S. D. **Para além do acesso à moradia: uma avaliação do Programa "Minha Casa, Minha Vida" em Ituiutaba-MG**. 2020. 267 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

JORGE, R. M. D.; MIYAZAKI, V. K. Análise sobre os impactos do Programa Minha Casa Minha Vida na cidade de Ituiutaba-MG. **GeoUECE(online)**, v.9, n.17, p. 87-103, 2020.

MANETTA, A. Mobilidade espacial da população e impactos ambientais intra-urbanos na região fronteira de Corumbá (década de 1990). In: D’ANTONA, A. O.; CARMO, R. L. (org.). **Dinâmicas demográficas e ambiente**. Campinas: Nepo, 2011. p.27-43.

MELAZZO, Everaldo Santos. **Padrões de desigualdades em cidades paulistas de porte médio: a agenda das políticas públicas em disputa**. 2006. 222 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2006.

MIYAZAKI, V. K. **Estruturação da cidade e morfologia urbana**: um estudo sobre cidades de porte médio da rede urbana paulista. 2013. 305 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2013.

MIYAZAKI, V. K. Morfologia urbana e estruturação da cidade em Ituiutaba-MG: análise das transformações no período 2000-2018. **Brazilian Geographical Journal**. Ituiutaba: Edufu, v. 8, p. 23-39, 2018.

NEPOMUCENO, A. B. C. N.; MIYAZAKI, V. K. Produção do espaço urbano e regularização fundiária: considerações a partir do estudo de Ituiutaba-MG. **Caminhos da Geografia** (UFU. Online), Uberlândia: Edufu, v. 21, p. 251-263, 2020.

PARREIRA, S. B. S. **Produção do espaço urbano em Ituiutaba-MG**: um estudo sobre o desenvolvimento da atividade comercial e de serviços em conjuntos habitacionais do setor leste. 2018. 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2018.

PARREIRA, S. B. S.; MIYAZAKI, V. K. Produção do espaço urbano e estruturação da cidade: estudo sobre o desenvolvimento de áreas comerciais em conjuntos habitacionais de Ituiutaba-MG. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira; OLIVEIRA JÚNIOR, A.; MIYAZAKI, V. K. (Org.). **Olhares da Geografia Brasileira**: dinâmicas ambientais e questões sociais na atualidade. 1ed.Ituiutaba: Barlavento, 2019, p. 317-346.

PORTO-SALES, A. L.; COUTO, E. M. J.; WHITACKER, A. M.; SPOSITO, M. E. B.; MORENO, S.; MIYAZAKI, V. K. Pesquisa em Geografia urbana: desafios e possibilidades de análise espacial com o uso do Cadastro Nacional de Endereços para fins Estatísticos (CNEFE). **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 2, p. 81-103, 2014.

RODRIGUES, A. M. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade. **Cidades**. Presidente Prudente: GEU, v.4, n.6, 2007. p.73-88.

SILVA, Vanderlan Cassimiro da. SILVA, Jaílton Elias da. GUIMARÃES, Sinval Autran Mendes. Os agentes formadores do espaço urbano da cidade de Viçosa, Alagoas - BR. **Revista Contexto Geográfico**, Maceió, 2018. v. 3 n.6, p. 77 - 93.

SOUZA, M. L. **Abc do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SPOSITO, M. E. B. Novas formas de produção do espaço no Estado de São Paulo. In: REIS, N. G.; PORTAS, N.; TANAKA, M. S. (Org.). **Dispersão urbana**: diálogos sobre Brasil-Europa. São Paulo: Via das Artes/FAUUSP, 2007, p. 38-54.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo. 2004. 510f. Tese (livre docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2004.

VANDERLI, Custódio. Agentes Produtores do Espaço Urbano e dos Sistemas de Espaços Livres: Uma Metodologia. **XI COLÓQUIO QUAPÁ SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL**. Salvador, 2016.

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, n.25, v.71, 2011. p.37-58.

WHITACKER, A. M.; MIYAZAKI, V. K. O estudo das formas da cidade no âmbito da Geografia Urbana. Apontamentos metodológicos. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, v. 2, p. 307-327, 2012.

WHITACKER, A. M. Inovações tecnológicas, mudanças nos padrões locacionais e na configuração da centralidade em cidades médias. **Scripta Nova** - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona. v.11, n.245, Não paginado, ago. 2007.

WHITACKER, Arthur Magon. Por que há um boicote ao Censo e ao IBGE no governo Bolsonaro. **Jornal da Unesp**, 2021. Disponível em: <<https://jornal.unesp.br/2021/05/06/por-que-ha-um-boicote-ao-censo-e-ao-ibge-no-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 06 de outubro de 2021.

APÊNDICE

Tabela com dados gerais sobre população por bairros para 2010, 2016 e 2019

BAIRROS	Número de moradores (IBGE, 2010)	Número de habitantes (CCZ, 2016)	Variação (2010-2016)	Variação % (2010-2016)	Número de habitantes (CCZ, 2019)	Variação (2016-2019)	Variação % (2016-2019)
Alcides Junqueira	5099	4066	-1033	-20,26	3598	-468	-11,51
Alvorada	3342	2827	-515	-15,41	2724	-103	-3,64
Bela Vista	1209	1144	-65	-5,38	832	-312	-27,27
Brasil	3519	1183	-2336	-66,38	1183	0	0,00
Buritis	0	1111	1111		946	-165	-14,85
Camargo	1011	1042	31	3,07	926	-116	-11,13
Canaã	0	3200	3200		2950	-250	-7,81
Carvalho	87	94	7	8,05	80	-14	-14,89
Central	335	328	-7	-2,09	218	-110	-33,54
Centro	14493	12285	-2208	-15,23	9806	-2479	-20,18
Cidade Jardim	0	19	19		1111	1092	5747,37
Cristina	307	243	-64	-20,85	241	-2	-0,82
Distrito Industrial Manoel Cancela	65	64	-1	-1,54	82	18	28,13
Dr. Marcondes Bernardes Ferreira	0	617	617		596	-21	-3,40
Elândia	498	624	126	25,30	513	-111	-17,79
Eldorado	1099	1029	-70	-6,37	1007	-22	-2,14
Esperança	45	195	150	333,33	184	-11	-5,64
Gardênia	742	689	-53	-7,14	557	-132	-19,16
Gerson Baduy	0	89	89		114	25	28,09
Gilca Vilela Cancellia	0	1028	1028		982	-46	-4,47
Guimarães	838	433	-405	-48,33	432	-1	-0,23
Hélio	165	436	271	164,24	453	17	3,90
Independência	1753	3567	1814	103,48	3324	-243	-6,81
Inocência Franco	0	0	0	0,00	19	19	
Ipiranga	2154	1826	-328	-15,23	1642	-184	-10,08
J. Copacabana - Res. Camilo Chaves	0	1425	1425		1465	40	2,81

Jardim do Rosário	2342	2117	-225	-9,61	2287	170	8,03
Jardim Estados Unidos	0	80	80		533	453	566,25
Jardim Europa	497	884	387	77,87	1114	230	26,02
Jardim Europa 2	0	1117	1117		963	-154	-13,79
Jardim Jamila	462	530	68	14,72	445	-85	-16,04
Jerônimo Mendonça	2190	1876	-314	-14,34	1734	-142	-7,57
Lagoa Azul	2563	2366	-197	-7,69	2233	-133	-5,62
Lagoa Azul II	559	496	-63	-11,27	455	-41	-8,27
Maria Vilela	1775	1586	-189	-10,65	1198	-388	-24,46
Marta Helena	2785	2130	-655	-23,52	1725	-405	-19,01
Miisa	235	163	-72	-30,64	81	-82	-50,31
Mirim	106	141	35	33,02	117	-24	-17,02
Monte Verde	40	69	29	72,50	32	-37	-53,62
Morada do Sol	450	467	17	3,78	372	-95	-20,34
N. Senhora Aparecida	201	132	-69	-34,33	124	-8	-6,06
Nadime Derze Jorge	0	2396	2396		2512	116	4,84
Natal	5424	4296	-1128	-20,80	4505	209	4,86
Nova Ituiutaba	0	2491	2491		2874	383	15,38
Novo Horizonte	1040	1030	-10	-0,96	656	-374	-36,31
Novo Mundo	1004	752	-252	-25,10	784	32	4,26
Novo Tempo II	3674	3992	318	8,66	3690	-302	-7,57
Paranaíba	156	198	42	26,92	133	-65	-32,83
Pirapitinga	3550	3505	-45	-1,27	3184	-321	-9,16
Platina	3480	3429	-51	-1,47	3177	-252	-7,35
Portal do Cerrado	0	0	0	0,00	30	30	
Portal dos Ipês	0	1248	1248		1220	-28	-2,24
Progresso	4120	3374	-746	-18,11	2679	-695	-20,60
Reside. Drummond	70	871	801	1144,29	1303	432	49,60
Ribeiro	65	52	-13	-20,00	36	-16	-30,77
Santa Edwiges	649	627	-22	-3,39	710	83	13,24
Santa Maria	1378	1052	-326	-23,66	1164	112	10,65

Santo Antônio	807	877	70	8,67	640	-237	-27,02
São José	1239	1039	-200	-16,14	876	-163	-15,69
Satélite Andradina	1290	1337	47	3,64	1463	126	9,42
Setor Ind. Antônio Baduy	88	99	11	12,50	113	14	14,14
Setor Norte	3418	2761	-657	-19,22	2277	-484	-17,53
Setor Sul	4952	4054	-898	-18,13	4054	0	0,00
Sol Nascente	1346	1422	76	5,65	1301	-121	-8,51
Tiradentes	2	0	-2	-100,00	1	1	0,00
Tupã	539	743	204	37,85	908	165	22,21
Universitário	2755	2484	-271	-9,84	2690	206	8,29
TOTAL	92005	97847			92378		

Fonte: IBGE (2010) e CCZ-Ituiutaba (2016 e 2019). Org.: Fidelis e Miyazaki, 2021.

*Observação: alguns recortes territoriais referentes aos setores censitários do IBGE de 2010 não coincidem completamente com a delimitação dos bairros da Prefeitura Municipal de Ituiutaba, de 2018. Sendo assim, foram feitas algumas adequações, adaptações e, em alguns casos, foram desconsiderados os setores censitários de 2010 em situação urbana, mas que se enquadravam como “área não urbanizada de cidade ou vila” com baixo contingente demográfico.